

VOTO

POLÍTICA, CULTURA E NEGÓCIOS 157

Marcos Troyjo, um protagonista do cenário global

Em entrevista exclusiva, primeiro brasileiro a chefiar um banco multilateral oferece um “GPS” para navegar o complexo quadro internacional – e os caminhos a serem percorridos pelo Brasil a partir de 2023

O QUE ESPERAR DE LULA

As perspectivas e os desafios do presidente eleito pela terceira vez ao Planalto

SEBASTIÃO MELO

“Não tem sentido falar em inovação se ela não acontecer na prefeitura”

ENERGIA RENOVÁVEL

Ton Holanda, CEO da BCP Engenharia, e o potencial da empresa (e do Brasil)



Sua saúde merece

“Para cuidar da sua saúde,
é sempre bom ter em quem confiar.
Eu confio na EMS.”

Antônio Fagundes

A EMS está há quase 60 anos investindo em tecnologia para cuidar da saúde dos brasileiros. Nosso esforço diário em inovação e pesquisa garante medicamentos de qualidade para que você tenha toda a confiança na hora de cuidar da saúde. Por isso, quando for escolher seu medicamento, peça pelos melhores medicamentos do país.

EMS. Sua saúde merece.



VOTO

POLÍTICA, CULTURA E NEGÓCIOS

157

DEZEMBRO | 2022

DIRETORA-GERAL
Karim Miskulin
karim@revistavoto.com

DIRETORA ADMINISTRATIVA E NOVOS NEGÓCIOS
Laura Regenin
eventos@revistavoto.com

EDIÇÃO DE CONTEÚDO
Bruna Fasano

PUBLICAÇÕES

EDITOR
Leonardo Pujol

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Juliano Guedes

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
República – Agência de Conteúdo, com Ana Carolina Stobbe, Daniel Sanes, Emanuel Neves, Izadora Del Bianco, Márcia Rocha, Paulo César Teixeira, Ricardo Lacerda (textos) e Alexandre Carvalho (revisão).

FOTO CAPA
Valeriano di Domenico/World Economic Forum

COLUNISTAS
Alexandre Krueel Jobim, Antônio Augusto Mayer dos Santos, Ju Nakad, Karene Vilela e Marco Antônio Campos.

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. Todos os direitos reservados.

PERIODICIDADE
Bimestral

IMPRESSÃO
Gráfica Coronário
SIG Quadra 6 lote 2340/70
Tel.: (61) 3038-1012

ASSINATURAS
secretaria@revistavoto.com

site www.revistavoto.com.br | twitter @revistavoto | facebook /revistavoto | instagram @revista_voto

São Paulo/SP
Rua Professor Atílio Innocenti, 474, conjuntos comerciais nº 509/510.
Edifício Lead Offices Faria Lima - Itaim - CEP: 04538-001 - Fone: (11) 3846-7222

Porto Alegre/RS
Av. Carlos Gomes, 1.155/902 - CEP: 90480-004

Tempo de reconstrução – e de muitas oportunidades



Foto: Pedro Macino

Com a chegada de 2023, e a posse de um novo presidente da República, vale a pena reforçar as lições que a última eleição deixou. De fato, Jair Bolsonaro não venceu na urna. Mas nem por isso a sua força política está derrotada. Metade do Brasil marcou posição a seu favor. O Congresso é predominantemente conservador. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais terão gestões alinhadas a esse espectro. A direita não só está viva e pulsante, como se transformou em uma fábrica de líderes. Conseguiu, com tremenda velocidade, multiplicar expoentes de poder em todo território nacional. E que promete tomar conta das grandes capitais brasileiras em 2024. Vamos conviver com a direita.

Quanto à esquerda, é de se reconhecer a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. O novo chefe do Planalto aglutinou partidos e uniu nomes tradicionais do xadrez político do Brasil. Muitos deles, até ontem, ferrenhos contrários. É mérito. O que Lula precisa permitir, e a esquerda por inteiro, é o surgimento de novos quadros. Do contrário, estarão sempre reféns de um só nome. Outro desafio do novo governo é a de criar uma conexão com o Sul e o Sudeste, com ruralistas e até mesmo com a classe empresarial. Política para todos, da retórica à prática. Hoje, ninguém

está de joelho para ninguém. Estamos todos de pé – esquerda e direita – e precisamos seguir em frente pelo bem de um país que é nosso, de todos os brasileiros. O Brasil é o nosso partido.

No próximo ano, a **Revista VOTO** seguirá sua corajosa cobertura do poder. Mas não só isso. Como o leitor verá nas próximas páginas, queremos abrir cada vez mais espaço para o mundo empresarial, trazendo boas-práticas, novidades e tendências sobre negócios, empreendedorismo, comportamento, liderança. Não à toa, a capa desta edição destaca o economista, diplomata e cientista político Marcos Troyjo. Presidente do New Development Bank (NDB), Troyjo é um intelectual de referência mundial, que orgulha o País ao ser o primeiro brasileiro a chefiar um banco multilateral. Daí a recente homenagem que recebeu do **Grupo VOTO**, como “Líder Global 2022”. Convido os leitores a ler suas análises mais atuais na nossa reportagem de capa, a partir da página 26.

Em seu 18º ano, consolidada no mercado editorial brasileiro, a **Revista VOTO** se orgulha por intermediar conteúdos assim, fundamentais para uma melhor compreensão do contexto político e econômico do País e do mundo.

Tenha uma ótima leitura – e um feliz ano novo!
Karim Miskulin



CAPA

Marcos Troyjo

O Grupo VOTO conversa, com exclusividade, com o presidente do New Development Bank (NDB, conhecido como Banco dos Brics). Marcos Troyjo oferece um "GPS" para navegar o complexo quadro internacional – e os caminhos a serem percorridos pelo Brasil a partir de 2023

26



EDSON VISMONA

Como operam as empresas de cigarros que não pagam impostos no Brasil

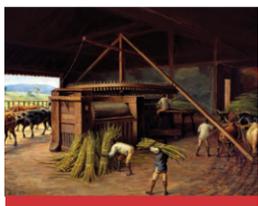
42



EMIRADOS ÁRABES

A rotina de uma sheikha islâmica, que se divide entre cafés, crossfit e família

48



ECOS DA HISTÓRIA

Como a Revolução Francesa influenciou a era das repúblicas abolicionistas

74



GENTE

Karim Miskulin é a primeira embaixadora da joalheria Julio Okubo

82

Foto: Agência Pridia

BRASIL DE IDEIAS



Foto: Agência Pridia

SÃO PAULO

Evento do Grupo VOTO reúne Jair Bolsonaro com 135 empresárias, investidoras e executivas

58



FLÁVIO ROCHA

Jantar conta com chefe de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

62



SEBASTIÃO MELO

Prefeito de Porto Alegre participa do Jantar Round Table

64



TARCÍSIO DE FREITAS

Novo governador de São Paulo marca presença em jantar promovido pelo Grupo VOTO

66



TON HOLANDA

CEO da BCP Engenharia fala sobre a trajetória da empresa, do mercado de energia e do Brasil

34



DIAS TOFFOLI

Ministro do STF se reúne com associados do Grupo VOTO e analisa cenário atual do País

68



VOTO: 18 ANOS

Destaques e homenageados do jantar "Um brinde à democracia"

70

E MAIS

NEGÓCIOS | Marcos Koenigkan e o mercado de arte | 08

ECONOMIA | O que esperar do novo governo de Lula | 12

ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SANTOS | As federações partidárias | 19

ALEXANDRE KRUEL JOBIM | A polarização como exercício democrático | 20

MENTES VERDES | A Tereos no Brasil | 22

MARCELO RECH | A imprensa pode se posicionar politicamente? | 32

SUSTENTABILIDADE | A geração de ativos no País, como créditos de carbono | 36

POLÍTICA EM DESTAQUE | Entrevista com Sebastião Melo | 38

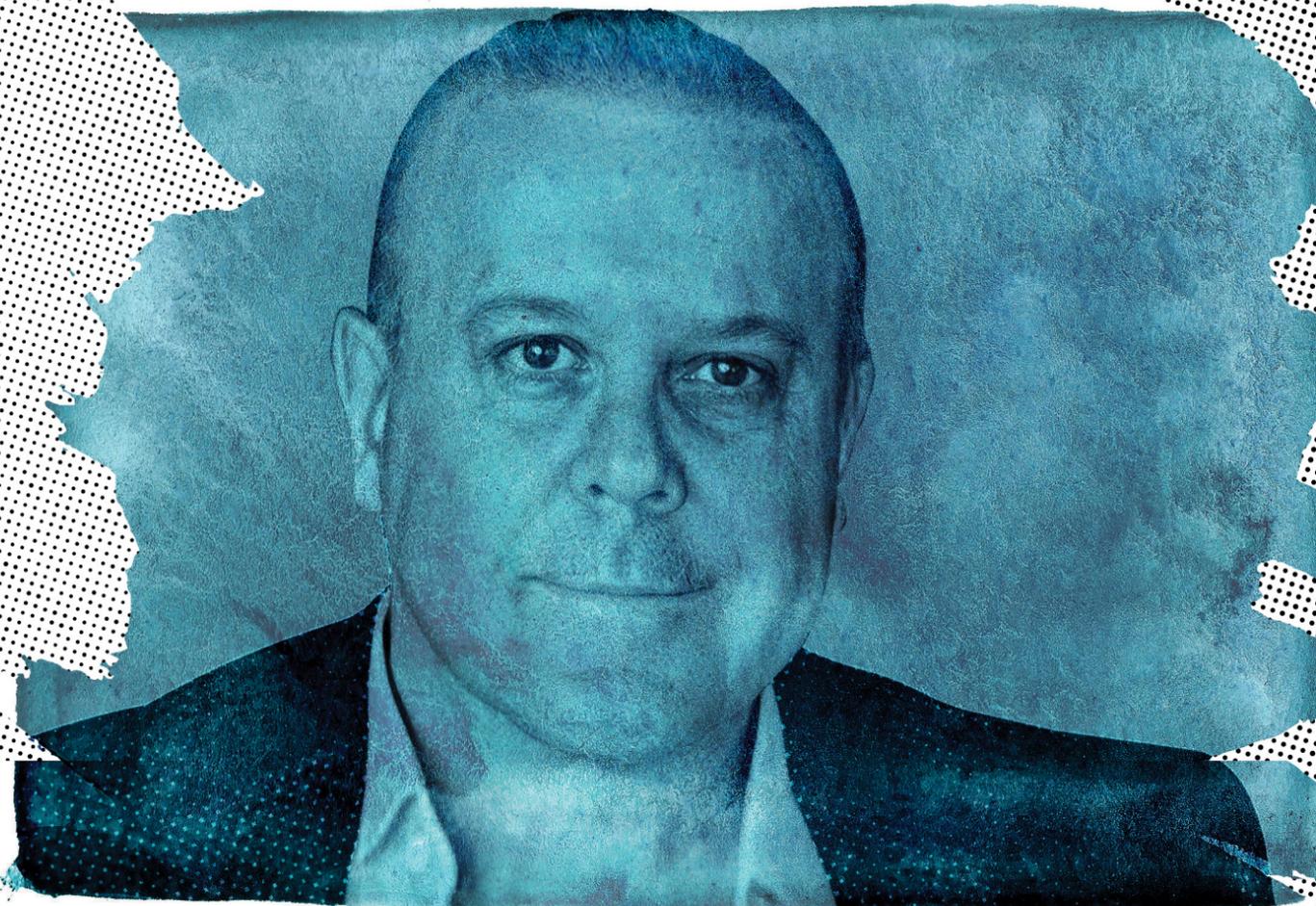
CHILE | As reações após o rechazo | 44

MULHERES DE PODER | Maria Cláudia Amaro, ex-TAM e CEO da Rhyzos Educação | 54

KARENE VILELA | Os vinhos da Suíça | 78

JU NAKAD | Por dentro de um resort paradisíaco | 83

MARCO CAMPOS | Série argentina aborda relações de poder | 85



Marcos Koenigkan

Quando a paixão pela arte vira business

Dono de empresas imobiliárias, de transporte e do setor de armazenagem, Marcos Koenigkan criou o maior portal de consultas de preços do mercado de artes visuais do Brasil

Por Paulo César Teixeira

O empresário Marcos Koenigkan, CEO do grupo Mercado&Opinião, é um caso à parte no mundo corporativo. Também presidente de um conglomerado que começou com empreendimentos imobiliários e se expandiu para segmentos como transporte e armazenagem, Koenigkan é referência no mercado das artes plásticas desde 2007. Foi quando criou o Catálogo das Artes, maior portal de consultas de preços de arte, fotografia, design e antiguidades do País, com acervo de 4 milhões de obras. A rigor, as pesquisas exaustivas sobre valores praticados em leilões do Brasil e da América do Sul – banco de dados que ele hoje vende aos clientes por meio de assinaturas e relatórios – começaram em 2000, mas a origem do empreendimento remonta à década de 1980. À época, aos 17 anos, Koenigkan adquiriu uma obra de Siron Franco que viu em um restaurante de Brasília (onde nasceu, em 1964). “Vi, gostei e comprei. No dia seguinte, vendi pelo mesmo preço a uma galeria, mas levei outro – nem lembro qual era – para casa. Foi meu lucro.” Depois disso, passou a comprar e vender obras de arte, além de colecioná-las. Estava lançada a semente para que, além de paixão, a arte se transformasse em negócio. Na entrevista a seguir, Koenigkan explica como opera o portal, além de abordar temas como mercado de arte, pandemia e arte digital.

Revista VOTO – Como funciona o Catálogo das Artes?

Marcos Koenigkan – A minha especialidade é informar o preço da obra e dizer se está subindo ou descendo. Um quadro da série Carreteis, de Iberê Camargo, por exemplo, vale muito. Mas como saber o valor verdadeiro? Obviamente, a avaliação de uma obra de arte tem algo subjetivo. O sujeito olha, gosta, quer comprar, mas por que vai pagar R\$ 2 milhões se vale R\$ 500 mil? Estou dando apenas um exemplo.

Pessoalmente, como você avalia uma obra?

Conheço gente que tem o dom de olhar e dizer se a obra é falsa ou verdadeira. Não é o meu caso. Quando compro um quadro, coloco na parede em cima do sofá. Vou olhar para ele todos os dias e saber se me incomoda. Eu costumava dizer que uma obra de arte boa é a que incomoda, mexe com você, não enjoa. Se enjoar, é ruim ou é falsa. Difícilmente, o grande artista vai produzir uma obra ruim. Por causa do senso crítico, antes de divulgar, ele rasga e põe no lixo.

Mas qual é o critério para se chegar ao preço justo?

Tudo que é commodities e envolve valor, não adianta: quem dita o preço é o mercado. Claro, quando há variação de 10% a 15%, está dentro da margem de subjetividade. Eu uso o método comparativo para dar referências. Essa fase do Iberê, produzida em tal década, está valendo tanto. Tem também uma questão de tendências – o valor está em alta, por isso o comprador se dispõe a pagar 20% a mais, porque sabe

“O mercado de artes visuais me odeia. As principais galerias do País são minhas assinantes, mas negam que sejam. Me divirto com isso.”

que no próximo leilão alguém vai oferecer um preço ainda maior, então vale a pena.

Como surgiu a ideia de pesquisar preços dos leilões de arte?

Quando entrei no mercado imobiliário, criei o Instituto Brasileiro de Avaliações Imobiliárias. Era uma empresa limitada, chamei de “instituto” só para dar um nome bonito. Contratei gente para monitorar os preços dos imóveis nos cadernos classificados do *Correio Brasiliense*. Depois, chamei o meu irmão, Fernando, para criar um software com o cadastro de todos os imóveis à venda em Brasília. Se a pessoa queria saber quanto valia um apartamento de três quartos na Super Quadra 305 Sul, por exemplo, estava lá. Aí passei a vender as informações para as imobiliárias. Deu muito certo. Para os meus padrões, nunca tinha ganhado tanto dinheiro antes. Mas aí surgiu a internet e eu fiquei para trás.

A concorrência foi muito grande.

Negócio é isso – algumas vezes, você se dá bem, outras se dá mal. É a vida. O instituto fechou, mas a minha imobiliária já era uma das maiores do Distrito Federal. Tinha 20 anos. Se dava algum problema, os clientes pediam para falar com o chefe. Quando entravam na minha sala, diziam: “Quero falar com seu pai”. Eles não acreditavam que eu pudesse dar ordens. De qualquer modo, o amor pelas artes continuava, já era colecionador. Aí resolvi fazer com o mercado de artes a mesma coisa que tinha feito com o imobiliário. O conceito era o mesmo – juntar informações de mercado. Mandava funcionários da imobiliária aos leilões para alimentar diariamente esse banco de dados. Só que, a princípio, com espírito de empreendedor no sangue, resolvi disponibilizar aquilo de graça na internet para que todo mundo descobrisse e começasse a usar. Pensava: “Um dia, acho um formato de monetizar isso”. Assim, o site se tornou conhecido. Hoje, as pessoas pagam uma assinatura para ter acesso às informações. É como eu monetizo o negócio.

Como é a sua relação com as galerias de arte?

O mercado de artes visuais me odeia. As prin-



“Com o avanço da tecnologia, grandes feiras, como ArtRio ou SP-Arte, poderão ter edições totalmente virtuais.”

cipais galerias do País são minhas assinantes, mas negam que sejam. Me divirto com isso. Existem excelentes marchands no Brasil, mas é que, antes da internet, todo e qualquer mercado era muito restrito. Você tinha que aceitar o que os marchands diziam. Hoje, a minha equipe está dentro das salas de leilão, acompanhando os preços reais que são praticados. O Catálogo das Artes informa que tal obra foi vendida em tal dia e tal lugar por tantos dólares. Os caras perderam o monopólio da informação. Alguns marchands me pedem para retirar do Catálogo das Artes obras que não foram vendidas em leilão, porque acham que pega mal para o artista. Não tiro. Por isso, sou odiado, com muito orgulho.

De que modo a pandemia da covid-19 afetou o mercado?

Não só no Brasil, mas em todo o mundo, o mercado de artes evoluiu com a pandemia. Durante o período de isolamento, as pessoas não tinham onde gastar. “Puxa, quase morri, a vida é curta, a gente não sabe o dia de amanhã, vou aproveitar.” Teve uma onda de “eu quero ser feliz”, e isso favoreceu o setor de artes. Pudera, não tem coisa mais prazerosa do que olhar um quadro na parede. Agora o mercado estabilizou, mas continua com muita liquidez.

Qual é a sua avaliação da arte digital?

De certa forma, não é novidade. Já existiam leilões virtuais. Claro, com o avanço da tecnologia, grandes feiras, como ArtRio ou SP-Arte, poderão ter edições totalmente virtuais. Com certeza, o aluguel dos estandes [dos eventos presenciais] ficará mais barato. Eu vou colocar uns óculos de sei lá o que, visitar as galerias e sentir as obras sem sair de Brasília. Cada galeria poderá fazer também suas próprias exposições virtuais. Outro dia, soube que o Neymar pagou mais de US\$ 6 milhões por uns macaquinhos [o jogador adquiriu três artes visuais de uma das coleções de maior valor do mundo, a Bored Ape Yacht Club], mas eu confesso que ainda não digeri esse mercado. Não sei se é modismo ou vai vingar. O tempo dirá. 🐼



O que esperar de Lula

Após a eleição mais polarizada da história recente, tudo o que o Brasil precisa é de estabilidade, com regras fiscais plausíveis e foco no crescimento. Mas, ao menos na economia, as declarações do presidente já causaram um efeito contrário. Seria essa uma prévia dos próximos quatro anos?

Da Redação

Na eleição mais apertada desde o retorno do Brasil à democracia, 60.345.999 eleitores (50,9% dos votos válidos) decidiram levar Luiz Inácio Lula da Silva, 77 anos, de volta ao Palácio do Planalto. A vitória não apenas devolve o comando do País ao PT, como firma a presença da esquerda na América Latina. Assim que Lula assumir, em janeiro de 2023, as cinco principais economias da região – Brasil, Argentina, México, Chile e Colômbia – estarão sob o comando de governos esquerdistas. Trata-se de um fenômeno inédito. E nada trivial. Quatro anos atrás, esses cinco países estavam sob a liderança da direita.

Essa “nova onda rosa” é ainda mais dominante do que sua predecessora nos anos 2000, que levou ao poder figuras como o casal Kirchner, na Argentina, o boliviano Evo Morales e o venezuelano Hugo Chávez. No entanto, os analistas sugerem cautela nas comparações. É que a esquerda atual se destaca muito mais pelo pragmatismo do que pelos dogmas dos velhos tempos. Em outras palavras: as lideranças de esquerda reconhecem que os votos que receberam são menos ideológicos e mais antissistema. “Nos últimos tempos, os países passaram por experiências traumáticas de esgotamento político, o que fez com que os governos de esquerda tenham sido eleitos com uma pauta eminentemente constitucionalista. Lula, por exemplo, ganhou a eleição com uma proposta de reconciliação do estado de direito”, analisa José Alves de Freitas Neto, professor de História da América Latina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). De fato, a “defesa da democracia” foi a narrativa comum das forças que prevaleceram eleitoralmente nos últimos anos.

Pedro Dallari, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP (Universidade de São Paulo), também chama atenção à pequena diferença nas urnas. Como no Chile e na Colômbia, poucos votos separam o vencedor do perdedor no Brasil: 2,1 milhões, o que dá a medida da polarização política. “As escolhas feitas pelos eleitores corresponderam mais a um desejo de mudança em face da insatisfação com os que estavam no poder do que a uma opção propriamente ideológica. O resultado disso é que, para assegurar sustentação, os novos governos terão que promover alianças de espectro político

No curto prazo, Lula não terá como cumprir promessas de campanha sem estourar o teto de gastos. A questão é o tamanho do rombo.

mais amplo, unindo-se a tendências centristas”, salienta Dallari. Especialmente no Brasil.

TUDO PELO SOCIAL

Até o fechamento desta edição, Lula só havia antecipado o nome de cinco ministros-chave: Rui Costa, para a Casa Civil; o senador eleito Flávio Dino, à pasta de Justiça e Segurança Pública; o ex-presidente do Tribunal de Contas da União, José Múcio, na Defesa; o embaixador Mauro Vieira para as Relações Exteriores; e o candidato derrotado ao governo do estado de São Paulo, Fernando Haddad, para a Fazenda. Este último é quem, por ora, tem a missão mais difícil. Para dar uma dimensão do aperto fiscal, o rombo deverá alcançar a cifra de R\$ 280 bilhões em 2023, de acordo com projeção da consultoria Tendências. É um tremendo estouro – na ponta do lápis, corresponde a cerca de 3% do PIB brasileiro. Nessa conta, estão incluídas desde as renúncias tributárias de combustíveis e a redução das alíquotas do IPI até o adiamento do pagamento de precatórios. Apenas a manutenção do Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa Família) no valor de R\$ 600, com acréscimo de R\$ 150 por criança (promessa de Lula no período eleitoral), deverá consumir R\$ 70 bilhões dos cofres públicos. Há variáveis que ainda não foram computadas, como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, outra promessa de campanha do presidente eleito.

Ainda que o clamor pelo equilíbrio fiscal seja voz corrente entre os economistas, existe certo consenso entre eles de que, diante do quadro atual, não há como deixar de lado os investimentos em políticas sociais. “Os estudos avançados sobre política econômica comprovam cada vez mais que não é possível implementar

A esquerda se espalha na América Latina

2022



*As regiões sem cor (Belize, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) não fazem parte da AL



“Por que as pessoas são levadas a sofrerem por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal nesse país?”
Declarações de Lula sobre a economia não têm repercutido bem no mercado.

Mais de 93% do orçamento do governo federal de 2023 está comprometido com despesas obrigatórias – e o restante com emendas parlamentares. Ou seja: falta dinheiro para investir.

crescimento econômico com desigualdade”, diz a economista Juliana Damasceno, da Tendências, onde cobre política fiscal. Ela argumenta que programas essenciais para as camadas de baixa renda, como Casa Verde e Amarela, Farmácia Popular e Merenda Escolar, praticamente “colapsaram” nos últimos anos por falta de verbas. Além disso, a população brasileira enfrenta um grau de endividamento sem precedentes. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio em agosto passado, mostrou que nada menos do que 79% das famílias estão com dívidas em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal e prestação de carro ou de casa. Isso em um cenário de juros em ascensão e inflação acima da meta.

O novo governo reconhece que um de seus principais desafios será justamente encontrar recursos para atender as políticas públicas. Cabe lembrar que 93,7% do orçamento do governo federal de 2023 já está capturado por despesas obrigatórias. As verbas restantes – menos de 7% – foram, em grande parte, comprometidas por emendas parlamentares. Isto é, não sobra quase nada para investimento. Para piorar, poucos preveem uma expansão do PIB acima de 1% para o ano que vem. Por conta do desequilíbrio fiscal, a estimativa da Tendências Consultoria é que o PIB ande de lado – com crescimento de 0,7%. Soma-se a isso o cenário global. É quase certo que haverá um aperto da política monetária nos Estados Unidos e na Europa, o que implica em retração da atividade econômica mundial. Para um país exportador de commodities, como o Brasil, a perspectiva não é boa. “As commodities terão preços mais baixos, o que significa menos impulso para a economia brasileira e, conseqüentemente, menor arrecadação do governo”, explica Sérgio Rodrigo Vale, economista-chefe da MB Associados.

A ECONOMIA NA BERLINDA

O que parece cristalizado no horizonte de curto prazo é o estouro do chamado teto de gastos – regra fixada em 2016, no governo de Michel Temer, por meio de Emenda Constitucional para frear o descontrole das finanças públicas. Na realidade, o que se discute é o tamanho e

A esquerda brasileira precisa entender que os votos que receberam não são ideológicos – são antissistema.

a composição do *waiver* (expressão usada pelos economistas para designar a licença dada ao governo para gastar além do limite). Na visão do mercado, o ideal seria que os gastos além do teto não ultrapassassem o limite de R\$ 100 bilhões. “É o que a turma da Faria Lima considera palatável”, confidencia Simão Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Acontece que em 10 de novembro o dólar fechou em alta de 4,1%, a R\$ 5,39, após máxima de R\$ 5,41. Foi a maior alta percentual desde o início da pandemia. Já o Ibovespa – índice que reúne as maiores empresas listadas na B3, a bolsa de valores brasileira – perdeu R\$ 156,269 bilhões em valor de mercado. A pressão sobre os ativos se deu em razão das falas de Lula – difíceis de engolir. “Por que as pessoas são levadas a sofrerem por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal nesse país? Por que que toda hora as pessoas falam que é preciso cortar gastos? É preciso fazer superávits? É preciso fazer tetos de gasto?”, questionou Lula, num “sincericídio” aparentemente mal planejado. A questão é que, dias depois, em agenda pública na COP27, a conferência da ONU sobre o clima, Lula voltou a criticar o teto de gastos, dizendo que “não adianta só ficar pensando em dado fiscal”, mas em responsabilidade social. “Vai cair a bolsa, o dólar vai aumentar? Paciência.”

Conforme Renan Pieri, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), historicamente os governos preferem executar as reformas estruturais quando ainda usufruem do prestígio que conquistaram nas urnas. Mas, segundo ele, o perfil de um governo de coalizão como o de Lula, com diferentes timbres ideológicos e divergentes propostas de programas econômicos, poderá ser um entrave para a implantação de reformas que

De volta à cena internacional

Lula nem tinha assumido e foi fazer política externa – visitando Egito e Portugal

É numa América Latina vermelha, mas fragmentada, que Lula pretende fazer do Brasil um farol para a esquerda – até por conta da dimensão do território nacional, da amplitude populacional e da relevância da economia. “Em seus mandatos anteriores, Lula demonstrou interesse e capacidade de fazer uso de suas atribuições para viabilizar o exercício dessa liderança. A criação da Unasul [União das Nações Sul-Americanas], em 2008, foi uma das decorrências dessa postura”, lembra Pedro Dallari, professor da USP, citando a tentativa de criação de um bloco regional que acabou se esvaziando nos anos seguintes.

Outra missão de Lula será a de ressuscitar o combalido Mercosul, que há tempos apresenta sinais de desgaste e desperta pouco entusiasmo da parte de seus membros. E como as pautas progressistas sempre cativaram a comunidade internacional, o Brasil deve ganhar uma participação mais ativa nos debates sobre os desafios da atualidade.

Não por acaso, a primeira agenda internacional de Lula ocorreu antes de mesmo de tomar posse. Em novembro, viajou ao balneário de Sharm el-Sheikh, no Egito, onde participou da COP27. Tratado como superstar por onde passou, o presidente eleito afirmou que o Brasil voltará às negociações climáticas e prometeu não medir esforços para zerar o desmatamento na Amazônia e nos demais biomas brasileiros. Após a COP, o petista foi a Portugal – e foi recebido pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa no Palácio de Belém, em Lisboa.

busquem equacionar o déficit público. “A priori, esse governo deverá ter um ímpeto reformista menor em comparação ao anterior”, aposta.

Seja como for, os primeiros atos do novo governo serão decisivos para os próximos quatro anos. E, ainda que rompa o teto de gastos – o que parece ser inevitável –, Lula precisará demonstrar disposição para adotar um padrão de responsabilidade na condução das contas públicas. Nessas circunstâncias, pode usar toda a experiência que adquiriu na longa carreira política para andar sobre o fio da navalha. “É necessário atender às demandas sociais, mas não se deve optar pelo caminho da ganância e da irresponsabilidade”, comenta Juliana Damasceno, da Tendências. “Neste caso, a única rota de fuga seria o estelionato eleitoral, com o não-cumprimento das promessas de campanha, o que criaria um péssimo ambiente político.”

É tudo que o ninguém quer. O País precisa de um sopro de estabilidade, com regras fiscais plausíveis e sustentáveis, caso o objetivo seja mesmo retomar o rumo do crescimento econômico. Em relação à inflação, o Boletim Focus emitido em novembro pelo Banco Central projeta uma taxa de 5,82% em 2022, bem acima da meta de 3,5% ao ano. Para 2023, a previsão é de um índice menor, mas ainda preocupante: 4,94%. Não por coincidência, a taxa de juros deverá se manter em patamar elevado – 13,75%, como atualmente – pelo menos ao longo do primeiro semestre de 2023, avalia Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa. Depois, é possível que o BC inicie um movimento de queda, que bata em 11,25% – é a previsão do Boletim Focus. Tudo vai depender do desempenho de Lula na busca de uma solução adequada ao déficit fiscal.

Se tudo correr bem, os juros poderão recuar de forma consistente, abrindo espaço para uma valorização do real, o que ajudaria a puxar a inflação para baixo. Neste cenário otimista, após fazer a lição de casa, a economia brasileira ingressaria em um círculo virtuoso, a ponto de crescer de 4% a 5% a partir de 2024. “Se vai dar certo ou não, por ora é impossível dizer”, diz Souza Leal, concluindo com uma comparação pouco ortodoxa, mas que funciona: “É como a prova do pudim – a gente só sabe se é bom ou ruim depois de comer”. ❏

As federações partidárias

As coligações que outrora viabilizavam o acesso às cadeiras parlamentares foram riscadas da legislação e substituídas pelas denominadas federações partidárias. Para instituir essa nova modalidade de consórcio político no Brasil, a Lei nº 14.208, datada de 28 de setembro de 2021, adicionou um artigo à Lei nº 9.096/95, que disciplina os partidos políticos, e outro à Lei nº 9.504/97, que é a lei eleitoral propriamente dita. Em vista de suas peculiaridades e exotismos, algumas considerações se justificam.

De início, é válido realçar que, a partir desse novo regramento jurídico, duas ou mais legendas que já disponham de registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral têm o direito de reunir-se por meio de em regime de federação. Após ser formalizada e averbada pelos interessados perante o TSE juntamente com um programa e um estatuto, a mesma passará a existir e atuar como se fosse uma única agremiação. Até aqui, conforme se constata, as características descritas remetem à ideia de uma coligação reciclada. Para o pleito de 2022, três federações foram formadas perante o tribunal.



Relativamente ao formato de vínculo estabelecido entre as siglas, a par de inédito e pouco convincente, caracteriza-se pela sua despropositada rigidez num país sem maior tradição de longevidades partidárias. Esse quadro é facilmente constatável porque, enquanto as coligações eram alianças locais e transitórias, fadadas ao desaparecimento após o pleito, as federações têm abrangência nacional e perduram por no mínimo quatro anos. Nesse contexto, o partido que optar pelo rompimento prematuro do pacto e, com isso, se retirar do condomínio, ficará sujeito a sanções severas, cumulativas e nitidamente desproporcionais, quais sejam: estará proibido de ingressar em outra federação, não poderá celebrar coligação majoritária nas duas eleições seguintes e, por fim, ficará impossibilitado de acessar o fundo partidário até que aquele prazo escoar.

Isso, porém, não é tudo. Pretensiosa e, com isso, praticamente burlando a extinção das coligações, a lei dispôs que as federações, tanto no curso das campanhas eleitorais como posteriormente, no âmbito do funcionamento parlamentar, estarão submetidas a todas as normas que regem a escolha e registro de candidatos, arrecadação de recursos, propaganda, contagem de votos, obtenção de vagas, prestação de contas e, por fim, convocação de suplentes. Se será mais uma jabuticaba no país de Macunaíma ou uma evolução do sistema, somente as urnas e o tempo evidenciarão. *Alea jacta est.* ❏

Antônio Augusto Mayer dos Santos é advogado e especialista em Legislação Eleitoral. Seu e-mail para contato é aamsadv@gmail.com.

Polarização também é exercício de democracia



Foto: Arquivo/Agência Brasil

Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição Federal de 1988: “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”.

Chegamos ao fim de mais um pleito eleitoral. Processo polêmico, polarizado e com muitos acirramentos. Faz parte do jogo, faz parte da democracia. Alguns apontavam que havia uma crise institucional jamais vista em nosso País; outros, mais tranquilos, sustentavam que não havia crise alguma e que, apesar das diferenças e dos acir-

ramentos exagerados, as instituições estavam funcionando bem, com suas interdependências e prerrogativas, ainda que não tão harmônicas em alguns episódios.

As chamadas “fake news” foram o alvo predileto dos noticiários, do debate, e permearam as discussões no Poder Judiciário, que em processos eleitorais anteriores tinha que se debruçar muito

mais sobre abusos do poder econômico, do poder político e do uso indevido da máquina pública e dos próprios meios de comunicação. Contudo, ainda que tenhamos presenciado posições extremistas e excessos aqui e acolá, estamos em pleno exercício da democracia. As instituições funcionam, a liberdade de expressão não foi tolhida e o direito de escolha pelo voto continua vivo em nosso País em respeito à nossa Constituição Federal.

Infelizmente, a polarização eleitoral deste pleito não veio a partir de um debate de agendas positivas, de ideias ou de programas de governo, mas sim em preferências pessoais, ideológicas e com alto grau de rejeição por ambos os lados, resultando numa eleição bastante apertada no segundo turno.

Por outro lado, esse é o processo democrático. A polarização faz parte disso e não é um elemento necessariamente negativo como dizem por aí.

Qual é o problema na polarização? Qual é o defeito de uma democracia em que haja dois candidatos disputando, ponto a ponto, as pesquisas no que tange às preferências e rejeições? O que há errado em termos oposições e situações; apoios partidários ao governo atual por meio de coalizões no Congresso Nacional contra a parte vencida nos embates do Legislativo em prol ou contra uma ou outra corrente ideológica ou partidária? Ao se olhar para trás, indaga-se: será que estamos diante de um movimento jamais visto no Brasil?

Evidentemente que não. Estamos diante do que sempre tem acontecido, principalmente após a criação do instituto da reeleição para os cargos do Executivo. Os que estão no poder querem continuar. Eles utilizam todos os meios existentes para isso, alguns bastante discutíveis e pouco ortodoxos – como distribuição de recursos e programas assistencialistas na busca do voto. Os que estão fora, por sua vez, buscam demonstrar o oposto: que tudo está errado, que os rumos da economia estão caóticos, que é necessária a alternância no poder para colocar o Brasil no eixo. E por aí vai.

Temos visto e ouvido falar sobre atos que atentam contra a democracia, mas em se tratando de um processo eleitoral, o maior exercício da democracia sem dúvida acontece no voto. Quando os brasileiros – pelo livre-arbítrio de escolha, embora ainda que obrigados – vão às urnas para confirmar os candidatos que escolheram.

Infelizmente, a polarização eleitoral deste pleito não veio a partir de um debate de agendas positivas, de ideias ou de programas de governo.

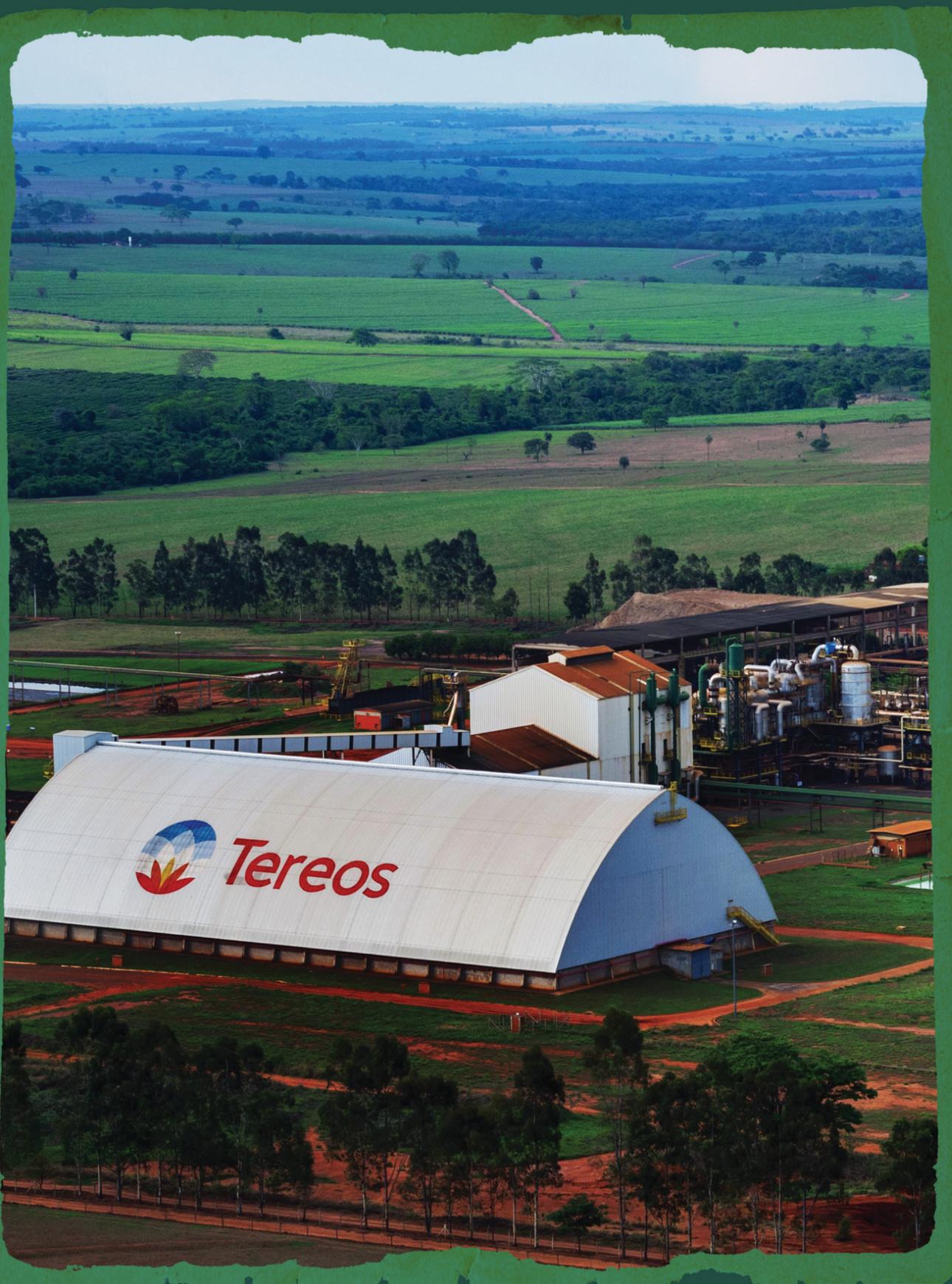
Por que tanto temor de uma eleição? Não podemos nos ater a uma conjectura de que, na eventual vitória de um opositor, este não será investido. Não podemos ter uma “polarização de ódios” prévia a um suposto risco de o governante criar obstáculos em vez de deixar o poder em caso de derrota nas urnas. Isso tudo gera uma ansiedade totalmente despropositada, que acirra os ânimos e, sim, pode vir a gerar confusão e baderna no processo democrático.

A polarização de candidaturas é normal quando não desponta uma terceira via (ou mais) com a mesma capilaridade e potencial eleitoral. No entanto, uma polarização de acirramentos é condenável. Independentemente das razões, motivos, causas, sejam concretos ou supostos, não podemos cair nesse terreno movediço que não leva a lugar nenhum. A democracia deve ser exercitada. Deve haver liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, direito a reuniões e protestos, direito a debates, direito a concordar e a discordar.

Por fim, precisamos nos lembrar da necessidade de união para vencer as crises econômicas e sociais que certamente teremos de forma global em 2023. Precisamos nos atentar aos hipossuficientes, que necessariamente precisam do Estado para sobreviver.

Passada a eleição, precisamos agora unir a classe política e as instituições às necessidades da população e manter nosso Brasil grande e próspero, sem polarizações desnecessárias e improdutivas. A oposição ganhou, agora temos uma transição pacífica e produtiva. Um novo ciclo de poder se inicia, onde haverão de existir novas coalizões, nova oposição e a certeza que estamos em pleno exercício do estado democrático de direito. ▀

Alexandre Kruel Jobim é advogado e mestre em Direito pela University of Texas School of Law.



Energia limpa, energia do futuro

Gigante global do setor sucroenergético, a Tereos implementa uma série de políticas que a colocam como uma das companhias mais sustentáveis no agronegócio brasileiro

Por Daniel Sanes

O agronegócio está cada vez mais convertido à adoção de práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor. E um dos que se destacam nessa transformação, em razão da capacidade de produzir energia limpa em larga escala, é o setor sucroenergético. De acordo com o Balanço Energético Nacional de 2022, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a biomassa de cana-de-açúcar é a fonte renovável que engloba a maior parcela da matriz brasileira, com 16,4%. Trata-se de um índice totalmente dentro da meta estabelecida pelo governo para 2030, como parte dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, de 16%. O tratado, que estabelece medidas para reduzir os gases de efeito estufa (GEEs), está entre as diretrizes seguidas à risca pela Tereos Açúcar e Energia Brasil, do grupo francês Tereos, uma das maiores produtoras de açúcar e etanol no mercado nacional.

Em seu primeiro relatório de sustentabilidade, divulgado no ano passado, a Tereos reuniu os



principais indicadores socioambientais, financeiros e de governança que vão guiar seus esforços até o fim da década. Entre as políticas propostas está a substituição de fertilizantes químicos por orgânicos e trocar o diesel utilizado nos caminhões canavieiros por biometano (combustível gerado a partir da biodigestão da vinhaça, resíduo de destilação da cana). Outros objetivos da empresa até 2030 incluem reduzir 21,5% de água captada por tonelada de cana e alcançar 75% da matéria-prima sustentável. “Nosso crescimento é baseado em um modelo que coloca a economia circular no centro da atividade. Essa abordagem permite a valorização integral das matérias-primas agrícolas, uma atitude ecológica mensurada e controlada, colocando a sustentabilidade como prioridade em nossas ações”, diz o diretor-presidente da Tereos Brasil, Pierre Santoul, neste re-

torno da editoria *Mentes Verdes*, que vai destacar nas páginas da **VOTO** as iniciativas ambientais e sustentáveis de empresários, companhias, instituições financeiras e fundos de investimentos.

Alinhada com as políticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), a Tereos também está comprometida em aumentar os níveis de diversidade e inclusão. Entre elas, fazer com que as mulheres sejam 17,5% na liderança e 15% na força de trabalho na safra 2029/30. “Temos ciência de que a participação feminina precisa avançar na empresa – bem como em todo o agronegócio – e temos dado os primeiros passos nessa direção”, destaca Santoul. Para atingir esse objetivo, foi criado o Grupo de Afinidade Mulheres no Agro (Gama), que trabalha com iniciativas para impulsionar a representatividade na organização.

No Brasil, onde atua desde 2000, a Tereos tem buscado se manter na vanguarda da sustentabilidade. Recentemente, anunciou seu quinto financiamento atrelado a metas verdes, no valor de US\$ 143 milhões (o equivalente a R\$ 731 milhões). Ao todo, são R\$ 2,3 bilhões desde 2020. Pelas regras da transação, a Tereos se compromete com quatro metas sustentáveis, medidas por meio de indicadores-chave e validadas por uma auditoria independente. Desta vez, foi adicionada uma meta de saúde e segurança, bem como redução de GEEs e de consumo de água, além do aumento da porcentagem de cana certificada.

Outra iniciativa para contribuir com o equilíbrio ambiental é o plantio de espécies nativas. Na unidade Cruz Alta, localizada no município de Olímpia (SP), há um viveiro de mudas com capacidade de produzir 350 mil árvores por ano, direcionadas para reflorestamento e recuperação de nascentes. Desde 2014, foram doadas mais de 750 mil mudas para produtores parceiros e instituições públicas. No ano passado, foi anunciado um plano de reflorestamento que visa recuperar 1,5 mil hectare de vegetação no entorno das sete unidades do grupo, com o plantio de mais de 1,1 milhão de árvores.

Gerente-executivo de relações institucionais da Tereos, Rodrigo Simonato considera que essas iniciativas reforçam a preocupação da empresa com uma atuação ambientalmente responsável. “Nosso principal desafio é a gestão da

mudança de mindset”, acredita. “É essencial que funcionários, clientes e parceiros entendam a importância das metas e seus papéis dentro desse cenário para atuarem como principais aliados para o cumprimento dessas metas.”

MAIS COMBUSTÍVEL LIMPO

Seca, geadas e incêndios levaram o setor sucroenergético a uma moagem acumulada de 523,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2021/2022. A redução foi de 13,6% em relação à temporada anterior, de acordo com um relatório da Unica, entidade que representa o setor, divulgado em abril deste ano. Quanto à produção de etanol, foram 27,55 bilhões de litros, retração de 9,3%. Apesar da queda na produção, o Brasil ainda é o segundo maior produtor de biocombustível no mundo, atrás do EUA.

Para que o mercado nacional mantenha a competitividade, é imprescindível torcer para que os fenômenos que castigaram os canaviais não se repitam na safra 2022/2023. E, claro, criar um ambiente de previsibilidade e segurança jurídica para que o segmento siga investindo em pesquisa e desenvolvimento. “O etanol atua tanto reduzindo as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera quanto melhorando a qualidade do ar em áreas urbanas”, explica Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica. Uma das beneficiadas, por exemplo, é a cidade de São Paulo, quarta maior do mundo em população, que ocupa o 1.779º lugar em nível de poluição, segundo a plataforma IQAir (empresa suíça de tecnologia de qualidade do ar).

Outra vantagem é o fato de a economia circular estar no cerne da produção. Atualmente, todos os produtos e subprodutos da cana são aproveitados, seja para gerar bioeletricidade ou produzir biofertilizantes. Além disso, algumas usinas começaram o processo de produção de biogás, aumentando ainda mais a sustentabilidade da atividade sucroenergética. Uma das iniciativas nesse sentido vem da Tereos, que criou uma planta-piloto na unidade Cruz Alta para produção de biometano – o mesmo que será utilizado nos caminhões canavieiros. O projeto, de US\$ 30 milhões, foi financiado por meio de transação verde realizada pela agência de fomento francesa Proparco. “Com o investimento na planta de biogás e a produção de biometano, a Tereos amplia ain-

A Tereos no Brasil

Com 9 mil colaboradores, a companhia é composta pelas empresas Tereos Açúcar & Energia Brasil (com sete unidades no noroeste de São Paulo), Tereos Amido & Adoçantes Brasil (para a fabricação de produtos derivados de milho e mandioca) e Tereos Commodities Brasil (trading com escritórios em diversos países). Sua marca de varejo é o Açúcar Guarani.

Ao longo da safra 2021/2022, a Tereos...

-  Processou um volume de 15,6 milhões de toneladas de cana

-  Produziu 531 milhões de litros de etanol

-  Produziu 1,4 milhão de toneladas de açúcar

-  Gerou 1.210 GWh de energia

-  Obteve receita líquida de R\$ 4,5 bilhões

Fonte: Tereos

da mais sua oferta de combustível limpo e seu papel na transformação da matriz energética”, diz Simonato, o executivo de RI da companhia. “Isso traz benefícios para toda a sociedade, em diversos aspectos, como redução dos impactos ambientais, saúde da população e controle das mudanças de clima.”



“**Nosso crescimento é baseado em um modelo que permite a valorização integral das matérias-primas agrícolas, colocando a sustentabilidade como prioridade.**”

PIERRE SANTOUL,
diretor-presidente da Tereos no Brasil

Marcos Troyjo

Um protagonista brasileiro no mundo

O Grupo VOTO conversa, com exclusividade, com o presidente do New Development Bank (NDB, conhecido como Banco dos Brics). A seguir, Marcos Troyjo oferece um “GPS” para navegar o complexo quadro internacional – e os caminhos a serem percorridos pelo Brasil a partir de 2023

Da Redação

Economista, diplomata, cientista político, articulista, professor. Estas são algumas das múltiplas dimensões de Marcos Troyjo, primeiro brasileiro a presidir um banco multilateral – o New Development Bank (NDB), informalmente conhecido como Banco dos Brics. Muitos o chamam de polímata — na linha de grandes vultos como Roberto Campos e José Guilherme Merquior. O certo é que Troyjo, ex-colunista desta **Revista VOTO**, é um dos personagens brasileiros de maior protagonismo atualmente na cena mundial. Negociador do acordo Mercosul-União Eu-

ropeia e ex-presidente do Comitê Nacional de Investimentos, fundou e dirigiu o BRICLab da Universidade Columbia, onde lecionou relações internacionais. Foi diretor da Intelligent Tech & Trade Initiative e é membro do Conselho do Futuro Global do Fórum Econômico Mundial. Doutor pela USP, com pós-doutorado em Columbia, Troyjo é sobretudo um profissional da globalização. Homenageado na categoria “Líder Global 2022” pelo **Grupo VOTO**, na entrevista a seguir ele oferece um “GPS” para navegar o complexo quadro internacional – e as melhores rotas para o Brasil percorrer a partir do próximo ano.



“

Num cenário em que países com grandes populações vão crescer, o Brasil tem tudo para acumular sucessivos superávits comerciais.

COMO VOCÊ ENXERGA A ATUAL CENÁRIO INTERNACIONAL?

Hoje, e seguramente na próxima década e meia, as principais fontes de crescimento global serão economias emergentes com grande contingente populacional. Trata-se um importantíssimo câmbio estrutural. No momento em que uma expansão vigorosa se dá a partir de países com renda per capita comparativamente baixa, o reflexo mais comum é o de que a renda adicional é progressivamente direcionada ao consumo de alimentos e à construção de infraestrutura. David Ricardo, um grande economista do século XIX, propunha em sua teoria sobre o comércio internacional que países tenham vantagens comparativas. Ora, quais são as do Brasil? Com certeza, a produção de alimentos está entre elas. Assim, essa configuração de cenário mundial que se descortina é bastante propícia para o Brasil.

MAS APARENTEMENTE HÁ UMA RECESSÃO GLOBAL QUE SE AVIZINHA, NÃO?

Existe, sem dúvida, uma desaceleração significativa na Europa e nos EUA, onde essa mescla de inflação elevada, incertezas e subdesemprego conduz a potencial recessão. No entanto, há crescimento robusto em alguns dos principais mercados emergentes. Este ano de 2023 provavelmente será mais um período no qual o que gosto de chamar de “E7”, as sete maiores economias emergentes do mundo (China, Índia, Brasil, Indonésia, Rússia, México e Turquia), continuará a crescer sua participação relativa no PIB global em comparação com o “G7” (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, Itália e Canadá).

É certo que muitos economistas que associam a conjuntura atual presente à estagflação da virada dos anos 1970/80. Mesmo que tecnicamente observemos uma recessão nos EUA e na Europa, ela não deve ser tão severa como a da década de 1980 ou mesmo no período em torno da crise dos subprime em 2007 ou da crise da Europa mediterrânea em 2011. Ainda assim, os desequilíbrios nos EUA e Europa tomarão algum tempo para corrigir. Isso resulta da grande expansão fiscal e da base monetária. Taxas de juros internacionais estão subindo e

isso afetará negativamente os estímulos à atividade econômica. Mas cabe apontar um paradoxo: o nível de desemprego, sobretudo nos EUA, permanece relativamente baixo, um das peculiaridades desse mundo pós-Covid.

Quanto à China, as medidas restritivas em relação à Covid terão impactos pontuais na taxa de crescimento em 2022 e em alguma medida em 2023. Ainda assim, dada a escala da economia chinesa, hoje próxima a um PIB nominal de US\$ 20 trilhões, mesmo que o crescimento médio nos próximos dois anos fique em torno de 3,5%, a expansão chinesa permanecerá como protagonista entre os principais fatores de crescimento da economia mundial.

COM BASE NESSE CENÁRIO, QUAIS AS LIÇÕES DE CASA QUE O BRASIL TEM DE FAZER NOS PRÓXIMOS 15 ANOS?

O Brasil pode se acomodar nessas rendas adicionais que virão na forma de superávit comercial e estancar as mudanças estruturais. Ou pelo contrário, tem a opção estratégica de usar esse ingresso de recursos para diversificar e agregar valor e tecnologia à sua economia, incrementando o nível de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação — o principal motor do aumento da produtividade. O quadro externo, portanto, oferece aspectos promissores para o Brasil.

ISSO NÃO LEVA MUITO TEMPO PARA SE MATERIALIZAR?

Veja, muito dessas considerações já estão se concretizando. Em 2021, nossa corrente comercial, exportações e superávit da balança estabeleceram recordes históricos — que estão sendo superados em 2022. As exportações brasileiras neste ano sobem para todas as regiões do mundo em comparação ao ano passado. A corrente de comércio exterior está de aproximando de US\$ 600 bilhões, o que é recorde histórico.

Num cenário em que países com grande população vão crescer muito, o Brasil tem tudo para acumular sucessivos superávits comerciais ao longo do tempo. Isso auxiliará o País a contar com os recursos necessários para investimentos em capacitação e requalificação da seus talentos humanos que viabilizem sua

“

Em 2022, a OCDE formalizou o processo de adesão do Brasil ao grupo. Tão logo isso se concretize, seremos o único país a integrar o G20, o BRICS e a OCDE.



Banco dos Brics: em prol das economias emergentes

O acordo para a fundação do New Development Bank (Novo Banco de Desenvolvimento, em português) foi assinado em 2014 durante a Cúpula dos Brics, reunião anual de lideranças dos países-membro do bloco – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A instituição, efetivamente estabelecida no ano seguinte, tem a finalidade de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável públicos ou privados de economias emergentes. Com sede em Xangai, na China,

tem como sócios fundadores os países do Brics. Vem daí, inclusive, o apelido. Em 2021, o quadro foi reforçado por Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai. No ano anterior, o Brasil havia se tornado o país com o maior número de projetos de financiamento aprovados pelo NDB – foram nove, o que representa um total de US\$ 4,4 bilhões em investimentos. E ainda há outros seis projetos em tramitação. China e Índia vêm em seguida, com US\$ 3 bilhões e US\$ 2,9 bilhões, respectivamente.

Na 14ª Cúpula dos Brics, que aconteceu virtualmente em 23 e 24 de junho, o presidente do NDB, Marcos Troyjo, declarou que 2022 marca o início de um novo ciclo estratégico com previsão de aprovar US\$ 30 bilhões para o financiamento de projetos – 40% deles relacionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Quanto ao Brasil, o diplomata afirma que o banco deve aprovar cerca de R\$ 30 bilhões em financiamento nos próximos cinco anos. Um terço desse montante irá para o setor privado.

“neointustrialização”. Este é um termo que gosto de utilizar e que me parece mais alinhado aos setores de ponta da chamada “Quarta Revolução Industrial”.

QUE AVALIAÇÃO FAZ DO BRICS?

A ideia de BRICS surgiu em 2001 como algo associada à configuração do futuro. Demografia, escala territorial e econômica — características que marcam uma mudança no eixo da geoeconomia. Esse conceito de BRICS evoluiu para uma plataforma de cooperação e um processo de consultas em temas onde os interesses são convergentes. Ao todo, cerca de 150 diferentes reuniões de cooperação acontecem em áreas como ciência, tecnologia, meio ambiente, saúde etc. Entendo que essa dinâmica dos BRICS é de grande relevância, sobretudo num contexto em que há claramente um déficit de cooperação internacional.

COMO É A EXPERIÊNCIA DE PRESIDIR O NDB?

É cotidianamente interagir com as principais economias emergentes. Isso é muito interessante. O NDB está centrado sobretudo no financiamento de projetos de infraestrutura. Damos um foco importante no aprimoramento institucional. Reestruturamos o desenho organizacional do banco, criando uma área inteiramente dedicada

ao tema ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança). Destacamos uma equipe com especial ênfase no incremento das operações com o setor privado. Iniciamos também uma área de avaliação independente, para que se possa privilegiar a qualidade e o impacto positivo de desenvolvimento. Melhoramos a distribuição geográfica da aprovação de projetos, que hoje já chega a uma carteira de US\$ 32 bilhões. Damos início também à expansão societária com a admissão de novos membros, como Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Egito e Uruguai.

No Brasil, o NDB se faz presente em diferentes setores da infraestrutura. Estados, municípios, empresas privadas, bancos regionais: todos potencialmente são parceiros do NDB. Integramos o financiamento do maior complexo de energia solar da América Latina, em Minas Gerais. Apoiamos projetos de projetos de mobilidade urbana no Paraná e em São Paulo. Financiamos usinas eólicas em Pernambuco, Piauí e Bahia, entre outros.

COMENTA-SE MUITO QUE O BRASIL ESTÁ SUPOSTAMENTE “ISOLADO” NO MUNDO. ISSO É REALIDADE?

Uma das maneiras de abordar essa questão é a de forma bem objetiva. Ou seja, examina-la pelos números e por realizações. Atualmente, o

Brasil está em rota para se consolidar como um dos cinco maiores destinos de investimentos no mundo. Segundo a OCDE, em 2021, o Brasil foi o quarto maior destino de investimento estrangeiro direto (IED). Como proporção do PIB, o País foi o maior receptor de IEDs — quando consideradas as 15 maiores economias do ranking do Banco Mundial. Em 2022, o Brasil se consolida como quarto maior destino de IED e maior destino como proporção do PIB, com base em dados da OCDE. A propósito, em 2022, a OCDE formalizou o processo de adesão do Brasil ao grupo. Tão logo isso se concretize, o Brasil será o único país a integrar o G20, o BRICS e a OCDE.

Nos últimos quatro anos, o Brasil concluiu 15 tratados de comércio internacional, entre eles o acordo Mercosul-União Europeia, o maior já realizado entre blocos econômicos na história do comércio internacional. No período, o Brasil é a economia dentre os países do G20 que mais aumentou a participação do comércio exterior (exportações + importações) como percentual

do PIB. Em 2021, a soma de exportações e importações chegou a 39% do PIB, maior patamar da série histórica iniciada pelo Banco Mundial em 1960. Atualmente, o Brasil é o país ocidental que apresenta o maior superávit em seu comércio bilateral com a China.

Todos esses dados perfazem um conjunto impressionante. Isso mostra que, no caso do Brasil, as potencialidades serão sempre mais fortes e atraentes do que as oscilações dos ciclos político-eleitorais.

QUAL A SENSAÇÃO DE SER ESCOLHIDO ‘LÍDER GLOBAL 2022’ PELO GRUPO VOTO?

É uma imensa felicidade. Fui estudante de intercâmbio no exterior com 15 anos de idade e, desde então, minha vida sempre esteve muito marcada pela interação Brasil-mundo. Fiz isso no governo, na diplomacia, no setor privado, em universidades, nas organizações multilaterais e na imprensa. Tenho grande orgulho e agradecimento por essa homenagem do Grupo VOTO.



A imprensa pode (ou deve) declarar sua posição política?

Todo e qualquer veículo de comunicação é livre para afirmar sua posição política. Alguns têm seus posicionamentos manifestados em editoriais a favor de um ou de outro candidato. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa é uma postura comum. Na verdade, é até mesmo esperado pelo público que os jornais manifestem claramente no editorial sua recomendação de voto. No Brasil, são poucos que fazem isso. Tenho conhecimento apenas do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Há uma certa dificuldade de compreensão do

público (até por falta de educação midiática) sobre a diferença entre editorial, opinião e conteúdo noticioso. O editorial é um texto não assinado que expressa a opinião da empresa. No espaço de opinião, colunistas ou convidados escrevem conforme as próprias convicções – no intuito de estimular o debate, mesmo que em discordância com a visão do jornal. Já o conteúdo noticioso é um texto objetivo que não tem posicionamento partidário, embora possa, eventualmente, ser favorável ou contra alguma causa.

De maneira geral, a imprensa brasileira opta

por manter certa distância das candidaturas – e dá visibilidade a todas elas. Até por isso, serve como “ponte” entre as diferentes bolhas que existem atualmente no mundo digital. Claro que ainda há veículos que ocupam determinados nichos político-partidários e fazem disso uma forma de fidelização do público. Não há nenhum problema, é uma posição válida. Há outros que entendem que não, que na sua estratégia de negócios é importante manter uma equidistância de todos os partidos.

Temos alguns exemplos bem distintos no Brasil de veículos que se posicionam. De um lado, a *Gazeta do Povo*, de Curitiba, tem um posicionamento mais conservador, mais à direita, assim como a *Jovem Pan* (pelo menos até a eleição). E do outro, veículos como o *Brasil 247* e a revista *Carta Capital* fazem uma defesa totalmente aberta da esquerda. Essa diversidade é que faz a beleza da democracia: as pessoas podem escolher se querem trocar de canal, se vão assinar este ou aquele jornal – e não necessariamente porque o jornal é identificado com o que elas acreditam, mas porque elas querem conhecer os argumentos de quem pensa diferente. Acho que isso enriquece o debate e deve ser estimulado.

Historicamente, tínhamos publicações ligadas a legendas, como o Partido Liberal e o Partido Republicano, mas isso foi diminuindo e se adotou uma perspectiva mais generalista. Com uma ou outra exceção, os veículos de imprensa passaram por uma fase de profissionalização nos anos 1950 e 1960 e deixaram para trás o caráter político-partidário. No entanto, diante de ameaças à democracia, claramente a voz majoritária na imprensa é de defesa do Estado de Direito. A liberdade de imprensa está associada ao Estado de Direito de uma maneira indissolúvel. Nesse caso, não se trata de um posicionamento partidário contra ou a favor de uma candidatura, mas de uma postura em defesa da democracia, do respeito à decisão da Justiça Eleitoral.

Essa questão se alinha ao posicionamento da Associação Nacional de Jornais (ANJ), juntamente com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), órgãos que se mantêm equidistantes em relação a qualquer candidatura. No entanto, consideramos impor-

Sem democracia não há Estado de Direito, e sem Estado de Direito não há liberdade de imprensa. E para isso é preciso haver respeito à decisão eleitoral. Goste-se ou não dela.

tante, a partir da perspectiva da liberdade de imprensa, fazer uma manifestação (as três entidades publicaram um texto, em 2 de agosto, intitulado “Democracia e liberdade de imprensa”). Não foi o caso de aderir a nenhum manifesto ou carta, mas de expressar a visão das entidades. Sem democracia não há Estado de Direito, e sem Estado de Direito não há liberdade de imprensa. E, para isso, é preciso haver respeito à decisão eleitoral. Goste-se ou não dela.

Portanto, a imprensa é livre para se manifestar? Com certeza. Qualquer cidadão ou entidade, pessoa física ou pessoa jurídica, é livre para manifestar sua posição política. O artigo 5º, inciso IV, da Constituição sumariza bem o conceito de liberdade de expressão no Brasil: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

A livre manifestação, contudo, exige responsabilidade. Muitas pessoas não sabem que, ao agredir ou ofender alguém em uma rede social, podem ser processadas por calúnia, injúria ou difamação, ser processadas e obrigadas a pagar multas pesadas. É importante que a população seja educada, falando do ponto de vista legal, não só ético e moral, sobre os riscos de transgredir os limites da liberdade de expressão. Na Alemanha, por exemplo, negar o Holocausto é crime. Os alemães têm profundas razões históricas para definir uma negação como crime de ódio. Mesmo assim, ninguém diz que a Alemanha não é um país democrático. Muito pelo contrário. ▀

Marcelo Rech é presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e membro do conselho editorial da RBS (afiliada da Globo no Rio Grande do Sul), além de consultor e colunista do jornal *Zero Hora*.

Horizonte sustentável

A matriz energética brasileira é uma das mais renováveis do mundo. Nos últimos anos, o mercado acompanhou um crescimento expressivo na geração de energia eólica e solar, sobretudo na região Nordeste – que, por características naturais, tem se tornado um celeiro de energias limpas. Mas ainda há muito a se fazer.

Quem diz é Ton Holanda, CEO da BCP Engenharia, um dos principais players brasileiros da construção civil. Além de acumular experiência na área industrial, a empresa vem se consolidando na oferta de soluções de energia renovável. Ton, que sempre foi um visionário, constrói o presente mirando o futuro. Nesta entrevista, o empresário fala sobre a trajetória da empresa, sediada em Fortaleza, seu crescimento e os desafios da área de energia.

Por Larissa de Bem

A BCP Engenharia se consolidou no mercado desenvolvendo grandes projetos comerciais. Como esse trabalho começou?

A empresa nasceu há 14 anos. Na época, eu passava por problemas financeiros e tinha apenas uma máquina de grande porte. Éramos só eu e ela. Fui para o Maranhão trabalhar num projeto, mas não recebi o pagamento. Ali achei que fosse quebrar. Quando retornei à Fortaleza, entrei na obra de um grande empreendimento comercial para executar o serviço de tertraplanagem. Um dos diretores gostou da qualidade e agilidade na entrega e me fez um convite para trabalhar na área de pequenos re-

paros. Aos poucos, fui conquistando espaço e confiança. Dois anos depois, vieram as construções do zero e, a partir daí, a equipe aumentou. Começamos a pegar cinco, seis obras por ano, assumindo todas as etapas de construção. Hoje somos uma empresa com mais de 2 mil funcionários e projetos em 25 estados e 63 cidades. Nosso crescimento anual tem variado de 18% a 20%, é alto em relação ao mercado.

E quanto à entrada no segmento de energias renováveis, como foi?

Partiu de uma provocação minha olhando para o setor. Há quatro anos, percebi que o mercado começava a se movimentar de forma mais significativa nesse sentido, sobretudo aqui no Brasil, que tem muitas vantagens competitivas. Então decidimos investir. Todo negócio é um risco, mas eu nunca tive medo de apostar, porque tenho muita confiança no nosso modelo de negócio e na nossa visão. Assim surgiu a BCP Energy, um braço da BCP Engenharia voltado à implantação de usinas renováveis através de parques solares e eólicos. Criamos também um fundo de investimentos para viabilizar a captação de recursos para iniciar obras no setor. É uma estrutura gigante: até agora, já foram investidos R\$ 37 milhões, entre construção de uma nova sede física, parque industrial e compra de maquinário.

Qual é o principal projeto da empresa hoje no setor energético?

Sem dúvida, trata-se de um grande empreendimento em Pernambuco. Hoje, a BCP Energy atua em toda a fase de implantação de um projeto, desde a supressão vegetal até o comissionamento. Essa obra vai contribuir para o desenvolvimento sustentável e inovador do país – assim como outros grandes projetos que elevam ainda mais nossa régua de produção, sobretudo no mercado internacional.

Como você avalia o mercado de energia no Brasil e no mundo?

Muito aquecido e, ao mesmo tempo, muito desafiador. Todo dia aprendemos algo novo. O Brasil é um celeiro de energia renovável, especialmente no Nordeste, onde tem sol e vento – boas condições para investimentos em energia



“

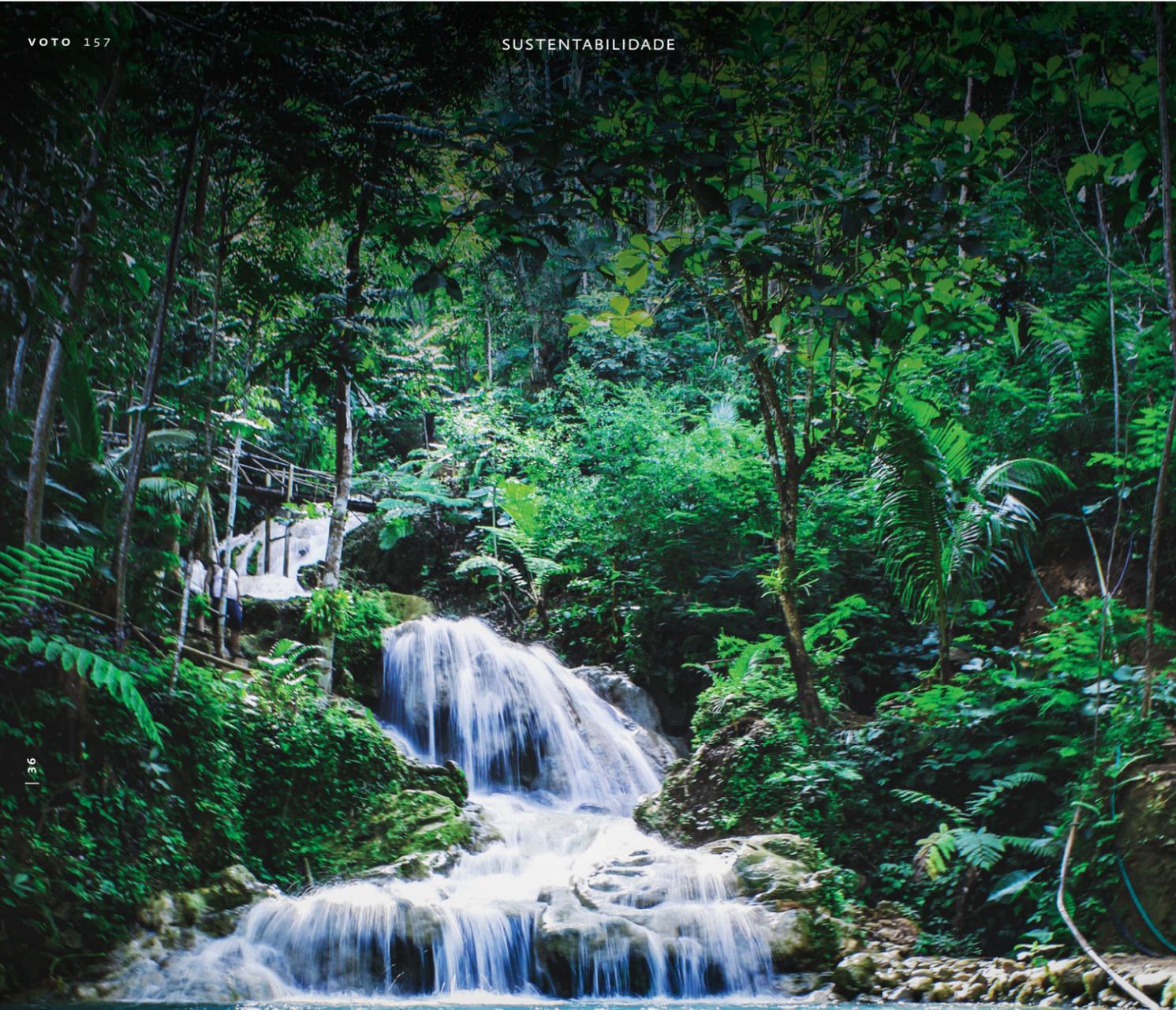
O Brasil é um celeiro de energia renovável. E o mundo inteiro está olhando para isso.”

TON HOLANDA, CEO DA BCP ENGENHARIA

eólica e solar. O país é absolutamente competitivo nesse setor, e o mundo está olhando para isso. Temos negociações com empresas francesas, chinesas, espanholas, norueguesas. Então estamos indo a favor do mercado. Eu gosto de colocar as coisas em perspectiva e olhar sempre para o futuro. Hoje estamos trabalhando com usinas solares e parques eólicos, amanhã pode ser o fornecimento de peças para essas obras e quem sabe até a construção de parques próprios.

O que te move?

Com certeza, todas as possibilidades que o futuro permite. Estou onde quero estar, onde trabalhei dia e noite para chegar, mas sei que ainda há muito para crescer. Está no nosso DNA fazer diferente para o cliente. E isso passa sempre pelo olhar fora da perspectiva do presente – precisamos estar um passo à frente. Nosso cliente é o nosso centro. ◀



Brasil, a potência verde

A biodiversidade da Floresta Amazônica garante o maior potencial mundial para a geração de ativos como créditos de carbono, que representam redução de CO2 na atmosfera

Da Redação

O mercado global está com as atenções voltadas aos desafios climáticos e ao trabalho coletivo de investimentos em preservação ambiental, redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa. O mundo tem avançado em todas essas esferas – especialmente após a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que terminou no dia 20 de novembro em Sharm el-Sheikh, no Egito.

O Brasil tem uma participação vital neste cenário pela vocação natural para a originação dos mais diversos tipos de ativos verdes, com destaque para os créditos de carbono, que representam redução de CO2 na atmosfera.

A biodiversidade da Floresta Amazônica garante o maior potencial mundial para a geração desses ativos. No País, existem diversos projetos sendo aprovados nas modalidades de crédito de carbono sequestrado, crédito de carbono evitado, unidade de estoque de carbono e carbono originado de metano. Estima-se que será produzida uma quantidade de mais de 1 bilhão de toneladas por ano desses ativos.

ABERTURA DO MERCADO BRASILEIRO

Durante a COP27, o Governo do Estado do Amazonas abriu oficialmente seu mercado de carbono para o mundo com o lançamento do Programa Carbono+. Segundo Eduardo Taveira, secretário de Estado do Meio Ambiente, são mais de 809,6 milhões de toneladas de carbono equivalente (tCO2e) já disponíveis para venda.

“Abrindo o mercado, podemos reinvestir esses créditos em processos mais perenes de redução das emissões e emitir ainda mais créditos de alta confiabilidade – isso num mercado voluntário”, explica. “Também construímos um novo caminho de ativos verdes, o que é extremamente importante.” Segundo Taveira, em 2022, o País deu um grande passo em direção à regulamentação do mercado com a publicação do Decreto Nº 11.075/22, fomentando a comercialização de ativos brasileiros em bolsas internacionais. “Dessa forma, inserimos definitivamente o Brasil num mercado financeiro verde global, e aí as escalas de negociação são muito mais altas. Fortalecer a comercialização é uma enorme oportunidade para novos negócios e para a transformação social.”

O Brasil tem condições privilegiadas e oportunidades significativas para esse mercado. Isso porque possui grandes possibilidades de oferta e um custo menor e mais competitivo de implementação de projetos em relação à média global, com retornos mais atrativos. Só no regime voluntário, calcula-se potencial para atender cerca de 49% da demanda no mundo.

O valor total dos mercados globais de carbono atingiu € 194 bilhões, com um acumulado de mais de 14.500 projetos de crédito de carbono. Em termos de receita, isso representa US\$ 120 bilhões para o Brasil até 2030.

PRÉ-SAL VERDE

No mercado de carbono, a Unidade de Estoque de Carbono (UEC) é considerada, segundo o secretário do Meio Ambiente do Amazonas, o maior ativo da Amazônia na atualidade, caracterizando um verdadeiro “pré-sal verde”.

“É importante que a gente possa enxergar e estimular o potencial para um novo tipo de negócio. Não tenho dúvidas de que esse é o futuro do Brasil. O País é o principal player nesse mercado, que está se tornando cada vez mais robusto, porque o carbono estocado na Amazônia é o maior ativo verde que possuímos. A preservação da floresta em pé é fundamental para a manutenção dessa agenda climática que o mundo todo tem buscado.”

Além de altamente relevante para a saúde do planeta, a Unidade de Estoque de Carbono é vista como uma alternativa segura para os investidores no setor privado, potencializando a valorização e a comercialização desses ativos em nível nacional e internacional. “A melhor maneira, o melhor mecanismo que temos para preservar as florestas é incluí-las na economia limpa, trazendo benefícios diretos para as populações que lá vivem. Sem dúvida alguma, o carbono estocado é a chave de um circuito inovador de desenvolvimento global”, completa Eduardo Taveira.

No País, já existem fundos de investimentos focados no potencial de comercialização dos ativos de carbono. Com as portas abertas no mercado internacional e a demanda crescente das empresas, trata-se de um investimento promissor. Nos próximos anos, o Brasil deverá se consolidar como um dos principais players mundiais do mercado. ▀



Fotos: Mathheus Puff

Uma cidade para as futuras gerações

Para o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, envolver a população e a iniciativa privada é uma ótima medida para melhorar o município – não só durante o mandato, mas para as próximas décadas

Por Márcia Rocha

Prefeito de Porto Alegre desde janeiro do ano passado, Sebastião de Araújo Melo, 64 anos, acredita que a política é a maneira mais elevada de promover o bem comum. “Para mim, política é causa”, disse ele, em agosto, durante encontro no escritório do **Grupo Voto**, em São Paulo, onde concedeu esta entrevista. Natural de Piracanjuba, em Goiás, Melo desembarcou na capital gaúcha em 1978, sem dinheiro e com muita disposição para mudar de vida. Formado em Direito, chegou a advogar, mas o interesse pela carreira pública falou mais alto. Hoje, soma duas décadas nessa atividade – já foi vereador, deputado estadual e vice-prefeito da cidade que escolheu para morar.

Assim como seu antecessor, Nelson Marchezan Junior, Melo defende parcerias com o setor privado para acelerar o desenvolvimento de Porto Alegre. A revitalização de áreas como o Cais Embarcadero, o Centro Histórico e o 4º Distrito são resultados dessa aproximação. Foi também com a participação da iniciativa privada que os armazéns do Cais Mauá, na região central, foram reformados para abrigar a primeira edição brasileira do South Summit, em maio. Na conversa a seguir, ele fala sobre o sucesso do evento, compartilha a crença de que a política deve promover transformação social e conta o que ainda pretende fazer como prefeito.

Revista VOTO – Qual era a situação da cidade quando o senhor assumiu, em janeiro de 2021?

Sebastião Melo – Tanto Porto Alegre quanto o Rio Grande do Sul cometeram erros gravíssimos durante a pandemia, e eu assumi a Prefeitura no momento mais difícil. Havia um clima generalizado de baixo astral. Claro que a prioridade sempre foi cuidar da saúde das pessoas, mas não era necessário quebrar tanta gente com o abre e fecha do comércio. Nos empenhamos muito com a vacinação, mas eu contestei o ordenamento jurídico das bandeiras [*protocolo do governo estadual que indicava o uso de cores para demarcar as áreas do Estado de acordo com os riscos da pandemia, de baixo a altíssimo*].

Quais as primeiras providências que o senhor realizou depois que o pior da pandemia passou?

A principal preocupação foi com a retomada do crescimento econômico. Lançamos um programa de recuperação fiscal para o pagamento de dívidas e impostos municipais e nos aproximamos dos empreendedores, desburocratizando o processo de abertura de empresas, reduzindo impostos, cancelando taxas e negociando dívidas. No campo da redução tributária, criamos um programa de incentivo ao desenvolvimento de seto-

res de alta tecnologia, que reduziu a alíquota de imposto de 5% para 2%. A área de eventos foi outra beneficiada com a redução da carga tributária.

E quanto à educação?

O Brasil tem altos índices de evasão escolar, algo que se agravou durante a pandemia – e que vamos levar anos para recuperar. Em Porto Alegre, alunos de baixa renda têm gratuidade no transporte público – antes, pagavam 50% da passagem. Também compramos vagas em creches privadas para reduzir o déficit na educação infantil. Em breve, vamos regulamentar uma lei para que esses jovens recebam R\$ 100 mensais durante os nove anos do ensino fundamental. Com isso, terão uma pequena poupança ao fim desse período, mas isso não virá “de graça”, já que eles precisarão cumprir requisitos relacionados ao desempenho escolar e à convivência com suas famílias. Esse é um dos projetos que mais me tocam. Se o Brasil não se dedicar verdadeiramente a fortalecer a família e, dentro disso, a criar uma ligação forte com a educação, o desajuste social e seus efeitos vão continuar aumentando.

Como o senhor analisa a gestão do dinheiro público em um município?

Do ponto de vista financeiro, os municípios são o elo mais frágil. Tem que haver uma sensibilização do governo federal e estadual nesse sentido, porque, antes de tudo, as pessoas moram nas cidades, não nos estados ou na União. Os vínculos orçamentários, por exemplo, são um equívoco. É só ver o que se passou na pandemia: havia gente morrendo nas filas dos hospitais, nas UPAs, e as verbas federais não puderam ser redirecionadas justamente por causa da vinculação orçamentária. Decidir o destino dos recursos enviados pelo governo federal deveria ser uma competência

dos gestores das cidades, que foram eleitos pelo povo. O piso salarial dos enfermeiros é um exemplo [em agosto, entrou em vigor a lei que define o piso salarial de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, além de parteiras]. Não discuto a validade da decisão, mas como vou pagar essa conta? Na hora de determinar algo para as cidades, o governo federal deveria mandar os recursos. Só neste ano, por conta da lei federal que cortou o ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações, vamos perder R\$ 124 milhões na arrecadação. Sei que o ICMS é um dos piores impostos que existem, mas como vou pagar essa conta?

“

Do ponto de vista financeiro, os municípios são o elo mais frágil. Tem que haver sensibilização do governo federal e estadual, porque, antes de tudo, as pessoas moram nas cidades, não nos estados ou na União.”

Uma das marcas de sua gestão é envolver a população no cuidado com os espaços públicos. Como se faz isso?

Acredito que deixar a cidade mais bonita ajuda a aumentar a autoestima das pessoas. Infelizmente, a mentalidade “quem ama cuida” não é uma realidade para boa parte da população. E não se muda isso com decretos, mas convencendo as pessoas a fazer sua parte. Porto Alegre tem 700 praças e nove parques. No caso das praças, nomeamos 155 prefeitos e queremos chegar a 250 até o fim do ano. A ideia é que eles zelem por esses espaços como se fossem uma extensão de suas casas – o que não significa que a prefeitura vai se

eximir de fazer a manutenção dessas áreas.

Como foi fazer a primeira edição brasileira do South Summit em Porto Alegre?

Foi um processo que envolveu governo do Estado, prefeitura, universidades e setor privado. Agimos de mãos dadas e isso passou segurança para a organização do evento – tanto que vamos repeti-lo no ano que vem. Reunimos cerca de 50 empresários e conseguimos levantar R\$ 1 milhão para ajudar na reforma dos armazéns do Cais Mauá, no centro da cidade, onde aconteceu o encontro. Como havia o risco de não se resolver



Sebastião Melo: “Não tem sentido falar em inovação se ela não acontecer na prefeitura”.

tudo a tempo, decidimos agir dessa forma, em vez de fazer uma licitação. Para garantir agilidade e transparência no processo, foi criada uma equipe de governança, e as cotas de patrocínio iam direto para a conta do South Summit, que aconteceu em maio e foi um sucesso [participaram 20 mil pessoas, de 50 países, e 450 investidores representando fundos responsáveis pela gestão de mais de US\$ 60 bilhões]. Um mês depois, fui à Espanha conhecer o South Summit original. Com todo o respeito, achei o nosso muito melhor.

Porto Alegre é uma das primeiras cidades a contar com um sandbox regulatório. Como o programa foi criado e qual é o impacto dele?

Lançamos o programa em julho deste ano para fomentar a inovação e o empreendedorismo. O sandbox facilita a criação de startups, que podem testar seus produtos, serviços ou tecnologias em um prazo determinado, sem que precisem passar por procedimentos tradicio-

nais exigidos pelos órgãos e sem custos para o poder público. O chamamento será lançado em breve e, talvez, a gente tenha apoio do Sebrae. Também estamos trabalhando com prova de conceito (POC) para testar soluções em alguns serviços públicos – é o caso do Departamento Municipal de Habitação. Hoje, temos um total de 9 POCs em andamento em áreas como mobilidade urbana e educação.

O que o senhor pretende realizar até o fim do mandato?

Uma questão inegociável é deixar uma cidade melhor. Mas nem tudo o que está sendo feito agora vai produzir resultados até o fim do mandato. É o caso do Plano Diretor, que está sendo revisado e trará benefícios no futuro – afinal, estamos desenhando a Porto Alegre que desejamos ter nas próximas décadas. Quando eu sair da prefeitura, meu desejo é que, ao me encontrarem na rua, as pessoas olhem para mim e pensem: “Ele agiu corretamente”. ▀

Como a sonegação de impostos afeta a indústria do tabaco



Indústria do tabaco: em 2021, evasão fiscal das empresas devedoras contumazes poderia ter gerado R\$ 1,7 bilhão em impostos ao Brasil.

A pesar do intenso trabalho das autoridades para regular o setor de tabaco no Brasil ao longo dos anos, um grupo de fabricantes de cigarros nacionais passou a adotar a sonegação e a inadimplência de tributos federais como principal estratégia do seu negócio. Elas são conhecidas pelo que de fato são: devedoras contumazes.

Estruturadas desde sua criação para operarem sem pagar impostos, as fabricantes declaram possuir uma dívida tributária que, de forma reiterada e premeditada, jamais é quitada. Como resultado, essas empresas, de maneira forma desleal, deixam a concorrência para trás. Afinal, o não pagamento dos tributos é repassado para o preço dos produtos, que ficam artificialmente

mais baratos, atraindo o consumidor.

Em outras palavras, para se manter em funcionamento, as devedoras contumazes operam onerando os cofres públicos e prejudicando a livre concorrência. Para se ter ideia, somente em 2021 a evasão fiscal das empresas devedoras contumazes em funcionamento no Brasil poderia ter gerado R\$ 1,7 bilhão em impostos ao País, segundo dados da indústria. Já o total da dívida, no acumulado dos anos, alcança R\$ 100 bilhões, quando considerados apenas os setores de combustíveis e tabaco, de acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Há empresas em operação no Brasil que são devedoras contumazes há mais de uma década. Com uma das maiores cargas tributárias, variando de 70% a quase 90% em alguns estados, o setor de tabaco tem um alto índice de devedores com idas e vindas no cancelamento dos registros. É o caso da Sulamericana de Tabacos, uma das principais fabricantes nacionais de cigarros devedoras, que tem uma dívida ativa com a união em torno de R\$ 1,4 bilhão em tributos (dados da PGFN). Por duas vezes, a empresa teve seu registro cassado pela Receita Federal, mas conseguiu, por meio de ações judiciais, reverter a decisão.

ADI 3952

A pauta das devedoras contumazes já vem sendo discutida há mais de uma década no Supremo Tribunal Federal (STF). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3952, que discute o cancelamento de registro de empresas no caso de não pagamento de tributos, tramita no STF desde 2010. A ação já teve decisão favorável ao fechamento de empresas pela Receita Federal em 2018. O resultado, porém, ainda não foi proclamado.

Essa questão sobre a possibilidade de encerramento da atividade dessas empresas acaba sendo um estímulo para que elas continuem a operar na ilegalidade, incitando o rentável mercado ilegal de cigarros no Brasil (48% do mercado, sendo que contrabando de cigarros paraguaios no Brasil domina 39% e os devedores contumazes os outros 9%). As devedoras contumazes se beneficiam da falta de uma lei para distingui-las dos demais tipos de devedores e de regras mais duras para puni-las. Está

pronto para votação do plenário do Senado Federal o PLS 284/17, que preenche essa lacuna legal. Só falta ser incluído na pauta pelo senhor presidente dessa casa legislativa.

Por tudo isso, é importante nos questionarmos sobre os interesses que podem estar sustentando essas empresas. Anseamos por mudanças, com respostas firmes por parte das nossas autoridades e instituições, para que empresas que atuam de forma desleal, levando prejuízo ao País, não desmotivem a geração de empregos e o fortalecimento da economia.

CONCENTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Um levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) sobre a venda de cigarros no Brasil mostra que fabricantes nacionais com dívidas bilionárias com a União continuam operando e fortalecendo suas participações no mercado do Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre as devedoras nacionais listadas pela PGFN está a Clean Tabacos, ligada à New Fictet e Gudang Brasil, que constantemente protagoniza polêmicas veiculadas pela mídia. A empresa, que tem cerca de 70 inscrições na dívida ativa da Receita Federal, chegou a ser fechada por sonegação fiscal, mas continuou funcionando por meio de liminares. Outras empresas são a Quality In Tabacos e a já mencionada Sulamericana de Tabacos.

Como podemos ver, existe um problema recorrente, que lesa os cofres públicos e gera um desequilíbrio que prejudica as demais empresas – que agem dentro da legalidade e pagam seus tributos regularmente. Essas distorções, além de ocasionarem vantagens indevidas pelos que praticam a evasão fiscal, acabam por estimular a ilegalidade, suscitando a urgência de uma revisão tributária. O Brasil não deve aceitar essas práticas lesivas à concorrência e ao erário como algo menor. O impacto econômico é gigantesco, não só para as empresas legais, mas para toda a sociedade, que sofre as consequências. É preciso coragem para enfrentar esse problema de frente, com foco e celeridade. ▼

Edson Vismona é advogado e presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO).



Mais do que uma disputa entre esquerda e direita, o rechazo da nova Constituição desvelou o confronto de gerações no Chile.

Os ventos ainda serão os mesmos?

Após plebiscito que rejeitou a nova Constituição no Chile, a questão é entender se a reação foi a pá de cal na onda progressista – ou se os ventos ainda podem mudar de direção

Por Paulo César Teixeira

“V ocê deseja uma nova Constituição?”. Esta foi uma das perguntas direcionadas à população do Chile quando convocada para ir às urnas em outubro de 2020. A proposta fora apresentada como desdobramento de uma onda progressista, que ganhou força após as manifestações populares eclodidas em outubro de 2019. Chamado de *estallido social*, o protesto teve como gatilho o aumento das passagens do metrô e depois ganhou proporções históricas, chegando a reunir 1,2 milhão de pessoas nas ruas de Santiago. Um ano depois, estava criado o ensejo para discutir uma alternativa à Carta Magna de 1980, herança da ditadura de Augusto Pinochet, general que dirigiu o país de 1973 a 1990. Na ocasião, 80% dos 7,5 milhões de chilenos que compareceram à votação optaram pelo sim: eram a favor de uma nova Constituição – e que ela deveria ser elaborada por uma assembleia eleita exclusivamente com esta finalidade.

A assembleia constituinte se formou sete meses após a consulta, em maio de 2021. A ocupação das cadeiras era composta por 50% de

mulheres e 50% de homens. Povos originários também estavam representados. E, enquanto a discussão avançava, o esquerdista Gabriel Boric, oriundo dos movimentos estudantis, foi alçado à Presidência do país. Acabou eleito em dezembro de 2021, aos 35 anos. Quase nove meses depois, a nova Constituição estava pronta – em um período recorde. Mais uma vez, a população foi convocada. A votação ocorreu em 4 de setembro. Quando os primeiros resultados saíram, ainda naquela noite daquele domingo, ficou claro que a proposta seria rejeitada. O que de fato se concretizou, por ampla maioria: 61,9% da população voltou pelo *rechazo*, contra 38,1% do *apruebo*.

A diferença entre o primeiro plebiscito (80% a favor de uma nova carta) e o último não estavam apenas nas porcentagens: em outubro de 2020, o voto foi facultativo. Foi assim que apenas metade dos eleitores votaram. Na eleição de 2022, contudo, o comparecimento não apenas era obrigatório como havia uma multa pesada para quem não se manifestasse – algo em torno de R\$ 1 mil. O que escancarou o “verdadeiro Chile”. Cerca de 86% dos eleitores (13 milhões) foram às urnas. E o



Oriundo dos movimentos estudantis de 2019, Gabriel Boric foi alçado à Presidência do Chile em 2021, aos 35 anos. Após o rechazo, anunciou ajustes em seu governo e pediu a “construção de pontes” com a oposição no

O conservadorismo que emergiu no plebiscito nada tem a ver com um desejo de retorno ao período autoritário de Pinochet.

rechaço (7,8 milhões de votos) superou até mesmo o total de votantes do primeiro plebiscito (7,5 milhões).

VITÓRIA CONTRA OS PROGRESSISTAS

Mais do que uma disputa entre esquerda e direita, o *rechazo* da nova Constituição também desvelou o confronto de gerações. De acordo o sociólogo Eugenio Tironi, da Academia de Ciências Sociais, Políticas e Morais do Instituto do Chile, essa realidade fica clara quando se observa as discrepâncias do resultado entre o interior e a capital do país. A rejeição foi bem maior nas regiões rurais, onde a diferença chegou a 45 pontos

percentuais (72,5% a 27,5%) – nas cidades, ficou em 15 p.p. Das 346 comunas chilenas (equivalente aos municípios, no Brasil), o *apruebo* só venceu em oito – todas próximas a Santiago.

“Foi uma grande vingança do mundo rural contra os jovens progressistas de Santiago. Uma espécie de tentativa de fazê-los ver a realidade, de voltar a valorizar símbolos pátrios e colocar a segurança antes da mudança climática”, explica Tironi, que trabalhou nos governos de Patricio Aylwi, Eduardo Frei e Ricardo Lagos. O sociólogo, que analisou o caso para a Folha de S. Paulo, fez questão de frisar que, apesar do evidente descompasso entre o desejo dos constituintes e a tendência da maioria dos chilenos, o conservadorismo que emergiu no plebiscito nada tem a ver com o “pinochetismo”. Ou seja, não expressa um anseio de volta ao regime autoritário de Pinochet.

“A rigor, o Chile foi vítima de uma sedução do ativismo”, acrescenta o cientista político Fernando Schüller. Segundo ele, que é professor no Insper, o pecado do texto elaborado pela Assembleia Constituinte do Chile foi ter sido escrito sob o calor da militância. Ele critica a falta de embasamento na realidade das projeções utópicas contidas na nova Carta – em caso de aprovação, ela causaria impacto de 9% a 14% no PIB do Chile. Além disso, condena o que chama de “fetiche das palavras”. É que o texto é bastante prolixo: contém 49.637 palavras. A título de comparação, trata-se de uma carta seis vezes maior em número de palavras do que a Constituição dos Estados Unidos. Só o termo “direito”, por exemplo, aparece 422 vezes – algo inédito de acordo com o Comparative Constitutions Project, organização que digitaliza cartas constitucionais de todo o mundo. Estão citados desde direitos básicos, como moradia, até outros pouco objetivos, a exemplo do direito à “igualdade substantiva” ou à “cosmovisão”. Temas como educação sexual, meio ambiente e igualdade de gênero também integraram a proposta.

Schüller salienta a confusão entre o que é matéria constitucional e o que são políticas públicas. Segundo ele, a Constituição deve tratar de temas referentes à normatividade, que dizem respeito às regras do jogo institucional. Já as políticas públicas têm a ver com o que é essencialmente mutável na democracia, já que dependem do viés político de cada governo eleito. Além disso, elas são suscetíveis a disposições orçamentárias,



“

É esta a lição chilena. Que nenhum grupo em particular, nenhuma minoria ideológica, deve pretender fixar as regras do jogo em uma sociedade plural.”

Fernando Schüller, cientista político e professor do Insper.

avaliação de resultados e cumprimento de metas. “Quando políticas específicas passam a integrar o texto constitucional, podem até ficar engessadas à medida que dependerão de quórum qualificado para sofrer qualquer alteração”, observa Schüller, prosseguindo: “É esta a lição chilena. Que nenhum grupo em particular, nenhuma minoria ideológica, deve pretender fixar as regras do jogo em uma sociedade plural.”

De acordo com o sociólogo Eugenio Tironi, o resultado plebiscitário não fecha as portas para uma eventual reconsulta à população na tentativa de promulgar uma nova Carta Magna. “Nos dias de hoje, as reações políticas são muito oscilantes”, afirma. Já a advogada Elisa Walker, que trabalha com questões relacionadas à diversidade e inclusão na Universidad Adolfo Ibáñez, disse, durante webinar realizado pela Fundação FHC, que o *rechazo* é apenas o capítulo de uma história que ainda não terminou. “O fundamental é que vivemos um processo institucional, que está sendo construído com base no diálogo, não por meio de uma ruptura”, explicou. ▀

A discreta vida de uma sheikha

Azza Al Qassimi é uma figura proeminente nos Emirados Árabes, mas alguns detalhes de sua vida pessoal não costumam ser divulgados. Até agora...

Por Izadora Del Bianco, de Ras Al Khaimah

Em uma tarde ensolarada no fim de junho, o termômetro de rua marcava 40 °C em Ras Al Khaimah. No elegante Hoof Cafe do shopping Grove Village, no entanto, o clima estava agradável, próprio para jogar conversa fora. Decidi me aproximar de uma figura proeminente na região – ainda que bastante discreta em sua vida pessoal. Aos 31 anos de idade, Azza Al Qassimi é sheikha em Ras Al Khaimah, um dos sete emirados que compõem os Emirados Árabes Unidos (EAU).

Na cultura dos EAU, uma monarquia abso-

luta federal, os sheiks trabalham em conjunto com o primeiro-ministro. Eles exercem a função de lideranças regionais, e suas ações devem ser baseadas em leis islâmicas advindas do *Alcorão*, livro sagrado dos muçulmanos. A responsabilidade é atribuída exclusivamente aos homens. Embora não assumam cargos administrativos, as mulheres da linha real têm direito ao título. No caso de Azza, a designação foi herdada do pai – embora a mãe fosse da mesma família (o casamento entre primos é comum no país). Os homens do califado Al Qassimi governam os

O islamismo ensina que as pessoas devem amar umas às outras, mas os árabes não se casam por amor.

emirados de Ras Al Khaimah e Sharjah há séculos. O sheikh Saud bin Saqr Al Qassimi, por exemplo, é o líder mais recente: passou a governar Ras Al Khaimah em outubro de 2010, após a morte de seu pai. Segundo pessoas próximas à sheikha, ela seria sobrinha de Saud bin Saqr Al Qassimi.

Ao me aproximar de Azza, apresento-me como jornalista e explico que quero escrever uma reportagem sobre sua vida. Conto que, no Brasil, poucas pessoas sabem sobre as sheikhas. A cortesia de uma xícara de café brasileiro, um dos mais caros nos Emirados Árabes (custa cerca de R\$ 50), e uma colher de insistência são suficientes para que ela tope. Uma vez quebrado o gelo, falamos sobre suas responsabilidades enquanto membro da nobreza, a relação com o marido (que não integra a família real) e o que ela pensa para o futuro.

A CAMINHO DO ALTAR

Os Emirados Árabes Unidos não se resumem às famosas Abu Dhabi, capital do país, e a Dubai, símbolo de modernidade e luxo no Oriente Médio – graças à fortuna que jorra do chão com a extração de petróleo desde os anos 1960. Há ainda outros cinco emirados: Sharjah, Ajman, Umm Al-Quwain, Fujairah e Ras Al Khaimah. O país faz fronteira com Omã e Arábia Saudita, e ainda está próximo ao Catar, sede da mais recente edição da Copa do Mundo de futebol. A população dos EAU é de 9,7 milhões de habitantes, mas em Ras Al Khaimah – que significa “alto da tenda”, em árabe – vivem apenas 231 mil pessoas. Banhado pelo Golfo Pérsico, está a uma hora de carro do emirado vizinho, Dubai. Camelos, fazendas de tâmaras e dunas se estendem até onde a vista alcança, permitindo

aos visitantes uma amostra da Arábia de séculos atrás.

Como integrante da família real e adepta ao islamismo (religião de 85% da população dos EAU), Azza Al Qassimi é uma fiel seguidora do Alcorão. Entre as regras impostas às mulheres estão cobrir o corpo nas aparições públicas e cuidar do lar. Outro princípio do Islã é que a mulher precisa da autorização do pai para casar. Caso ele já tenha falecido, a presença de uma figura masculina é imprescindível. De maneira prática, o pai da noiva (ou seu procurador) e mais duas testemunhas do sexo masculino devem comparecer ao tribunal da Sharia – o equivalente a um cartório –, onde os documentos do matrimônio são assinados. A noiva deve ter ao menos 18 anos islâmicos (um ano islâmico equivale a 354 ou 355 dias, e seus meses variam entre 29 e 30 dias). É possível casar antes disso, desde que com aval judicial. Se um dos noivos tiver o dobro da idade do outro, também é importante que o juiz aprove.

As regras islâmicas preveem, ainda, uma triagem conjugal em centros de saúde filiados ao governo. Nela, os noivos se submetem a um exame de sangue e, caso sejam identificadas doenças transmissíveis ou herdadas geneticamente, o casamento pode ser negado. Se for aprovada, a cerimônia é conduzida por um departamento judicial, um tribunal ou por meio dos serviços autorizados em cada emirado, os chamados mazoons. Só então celebram-se as festas de casamento.

Mas como se chega até esse momento? “O homem fala para a mãe que quer se casar, e sua família procura a melhor mulher para ele. Em um casamento tradicional islâmico, não existe casar por amor”, explica Azza, sem detalhar sobre como conheceu o marido. Ela nem sequer diz o nome dele. Para Alá, o bem mais precioso é a família. Tanto que líderes, figuras religiosas ou membros da família real não costumam falar publicamente de vidas privadas. Ao menos Azza

Na imagem acima, o emirado de Ras Al Khaimah. Ao lado, uma xícara com café, fotografada por Azza Al Qassimi, e uma mulher que aceitou ser fotografada no país onde elas pouco se expõem.



Foto: slava296/Stock Photo



Fotos: Azza Al Qassimi/Arquivo Pessoal/Isadora Del Bianco



conta que tinha 20 anos quando abandonou a faculdade de Administração no Higher Colleges of Technology, um campus exclusivo para mulheres em Abu Dhabi, para casar.

Conforme a historiadora e socióloga Sílvia Palaia, a relação dos muçulmanos com a religião é bastante diferente da dos brasileiros. “A religião é a vida deles, e está relacionada com política, educação e leis. Já no Brasil, os conceitos são outros. Também por sermos um país laico, existe uma separação entre o que é aceito pela lei e o que é aceito pela religião”, explica Sílvia, que é filha de uma libanesa.

Na prática, a maioria das mulheres muçulmanas são criadas para agradar os maridos. Azza Al Qassimi concorda, e diz que o primeiro encontro com o noivo arranjado costuma ser desconfortável. Primeiramente, eles apenas se veem a distância, sem trocas de palavras. Uma vez selado o noivado, é permitido que fiquem a sós, a fim de se conhecerem melhor. Caso o homem decida não ir em frente, é possível desistir – esse “período de teste” dura semanas ou meses.

Pergunto a Azza sobre a possibilidade de a mulher não gostar do homem. Ela fala que os noivos podem tentar um diálogo junto às famílias para não ficarem juntos. Se as justificativas forem plausíveis, o casamento não prossegue. “Isso não é um jogo, é a sua vida. É com quem você vai passar o resto dos seus dias”, argumenta a sheikha. Ela noivou em janeiro de 2010 e casou em maio do mesmo ano. Doze anos depois, tem dois filhos – um garoto de 9 anos e uma menina de 8.

“**A parte mais importante da minha vida é cuidar dos meus filhos. Meu marido trabalha fora e só me dá o dinheiro que preciso. O resto eu resolvo.**”

CAFÉ E CROSSFIT

Responsável pela casa, Azza administra as finanças e leva e busca as crianças da escola. “A parte mais importante da minha vida é cuidar dos meus filhos”, diz. “Meu marido trabalha fora e só me dá o dinheiro que preciso. O resto eu resolvo.” Em países árabes onde há a figura das sheikhas, como Arábia Saudita, Bahrein, Catar e Omã, as esposas recebem suporte financeiro dos maridos – como um salário. A poligamia só é permitida a eles, e desde que consigam sustentar todas as esposas de maneira igual. Não é o caso da família de Azza. “Não concordo que ele se case com outra”, assevera, embora a decisão final não seja dela.

Azza Al Qassimi é uma mulher bonita. Tem olhos negros e tom de pele bronzeado. Em nosso encontro, traja uma abaya, vestimenta habitual das mulheres muçulmanas que cobre praticamente todo o corpo, além da shayla, uma espécie de véu que tapa um pouco de seu cabelo, deixando o rosto visível. O traje foge um pouco do padrão, enfeitado com bordados discretos. Nos EAU, as mulheres podem usar abayas e shaylas de outras cores, além do preto. Elas também não precisam tapar o rosto e são autorizadas a sair sozinhas. Diferentemente do que acontece em alguns países do Oriente Médio, podem dirigir (na Arábia Saudita, por exemplo, as mulheres só ganharam essa permissão em 2018). Apesar da “liberdade” que têm, as mulheres dos EAU ainda são criadas para “se comportarem bem” e serem conscientes das próprias ações. “O nosso comportamento reflete o que nossas famílias esperam de nós.”

Ao lado de Azza, no Hoof Cafe, está uma mochila vermelha, com roupas para crossfit. Ela frequenta a Vogue Fitness, uma das academias de Ras al Khaimah. Foi lá que a vi pela primeira vez. Esses espaços contam com uma área separada para mulheres, onde homens não têm acesso. Elas chegam, penduram suas abayas e shaylas em uma arara e treinam com roupas esportivas. Quando a aula acaba, voltam a se cobrir. Atualmente, existem modelos de hijabs (shaylas) esportivos para treinar nos mesmos espaços que os homens (áreas e aulas mistas), mas nem todas aderem. É o caso de Azza.

Enquanto usa calça legging, camiseta e tê-

“**Muitos estrangeiros pensam que as mulheres muçulmanas se cobrem o tempo inteiro. Isso não é verdade.**”

nis na academia, em casa a sheikha fica mais à vontade: “Muitos estrangeiros pensam que as mulheres muçulmanas se cobrem o tempo inteiro. Isso não é verdade. Quando chego em casa, uso a roupa que quero, inclusive shorts e regatas”. Quando um homem, que não seja o pai, marido ou irmão, visita sua residência, no

entanto, ela jamais aparece com o corpo descoberto. A regra vale para qualquer mulher – seja sheikha ou não.

Pergunto a Azza se posso fazer uma foto sua, mas ela gentilmente recusa. De fato, são raras as mulheres que aceitam posar publicamente. Mesmo nas redes sociais, elas não compartilham imagens de rosto ou de corpo. Os perfis, muitas vezes, são fechados. O que publicar, então? Todo dia, pela manhã, Azza posta um story no Instagram com a imagem de um café e uma frase motivacional. Não por acaso, nossa conversa se passa em uma cafeteria. A maioria das demais fotos em seu perfil são de cafés ou cenas da academia – ela nunca aparece.

Quanto ao futuro, a sheikha diz desejar “o melhor” a seus filhos. Quer seguir de bem com a família e guardar os princípios do Islã. “A religião só ensina coisas boas: ser educado, vestir-se modestamente, não desperdiçar dinheiro, criar nossos filhos com amor e não mentir. Isso é o que espero para o meu futuro.”





Na rota da educação

Herdeira da TAM, Maria Cláudia Amaro abriu mão de uma carreira bem-sucedida no setor aéreo para investir na área educacional. Sua meta é impactar milhares de professores, alunos e suas famílias

Por Leonardo Pujol

A maior companhia aérea da América Latina nasceu em agosto de 2010. Era uma tarde de sexta-feira quando o mercado foi informado sobre a criação da Latam, resultado da fusão entre a TAM Linhas Aéreas e a chilena LAN. Tratou-se de uma das maiores transações internacionais envolvendo uma aérea brasileira. Nas fotografias que registram o acordo, a única mulher a aparecer é Maria Cláudia Amaro. Ela é filha do comandante Rolim Adolfo Amaro – fundador da TAM, morto em um acidente de helicóptero em 2001 – e havia se empenhado no acordo. Por meses, visitou o Chile para acompanhar cada etapa do processo que resultaria na fusão – era presidente do conselho da TAM desde 2007. Após a origem da Latam, ocupou uma cadeira no conselho da companhia até setembro de 2014, quando anunciou sua saída. Abriu mão da carreira executiva, das “passagens de graça” e do status de conselheira para alçar novos voos. “Existia a Maria Cláudia da TAM, mas e a Maria Cláudia Amaro?”, ela pergunta, retoricamente, numa evidente demonstração de que a aviação não a realizava por completo.

Sua decisão foi apostar no setor educacional. Em 2017, Maria Cláudia criou a holding Rhyzos Educação. O nome tem como base a filosofia

rizomática, criada pelos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Inspirado na botânica, o conceito ilustra a estrutura horizontal do conhecimento. É como um rizoma (raiz) que origina múltiplos ramos, sem respeitar uma subordinação hierárquica estrita, diferentemente do que ocorre no modelo arbóreo. A companhia se divide em dois negócios com foco na educação básica. A Academia Rhyzos é uma plataforma online para formação continuada de professores e gestores escolares. Nela, eles são capacitados em áreas emergentes como gestão, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, uso de novas tecnologias e abordagens pedagógicas. “Muitas escolas são de gestão familiar e falham no processo administrativo e pedagógico. Queremos profissionalizá-las com cursos e serviços”, explica Maria Cláudia.

O segundo empreendimento da Rhyzos é o Twice. Trata-se de um sistema B2B de ensino bilíngue. Por meio dele, as escolas inserem o idioma inglês em toda a grade curricular – e não apenas numa única disciplina. A empresa tem 15 anos de estrada e foi comprada pela Rhyzos no início de 2020. Sofreu com a crise econômica decorrente da pandemia, mas está se reerguendo. “Sabemos que o bilinguismo é uma tendência que veio para ficar. Por isso, estamos trabalhan-



Maria Cláudia Amaro, sobre o investimento no setor educacional: “Quero melhorar o País dentro das minhas microcapacidades”.

do para aumentar o número de escolas que utiliza o nosso sistema”, diz a empresária. Uma das ações mais recentes foi a transformação do negócio em franquia – o que permitirá uma expansão mais acelerada. Hoje, dez escolas de cinco estados brasileiros utilizam o Twice. Desse total, nove são privadas. A única escola pública a usar o sistema fica na pequena cidade de Pilar, em Alagoas.

A 2.500 quilômetros de lá, no escritório de sua residência na capital paulista, Maria Cláudia conta por que trocou a aviação comercial pela educação. Tudo começou quando percebeu que as ambições de suas filhas não eram totalmente atendidas pela escola que frequentavam. À época, as meninas Maria Eugênia e Maria Izabel – hoje com 21 e 18 anos, respectivamente – demonstravam crescente entusiasmo pelo campo das artes. “Notei que elas se interessavam cada vez mais pelo mundo criativo – uma por teatro, outra por fotografia –, mas o colégio não tinha capacidade de absorver essa vontade”, explica a mãe. Na mesma época, Maria Cláudia aceitou o convite da advo-

gada Cristhiane Oestreicher, uma amiga de longa data, para finalmente conhecer a ONG Casa do Zezinho. O centro de educação atende, no contraturno escolar, mais de 1,2 mil crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social da periferia de São Paulo. “Ela ainda estava numa rotina doida com a TAM. Nunca tinha tempo de nos visitar. Aí eu levei um livro, elaborado para um projeto de captação de recursos, que explicava o funcionamento da Casa, e ela finalmente topou a visita”, relembra Cristhiane, atual diretora-executiva da ONG. Maria Cláudia se encantou com o que viu. “Apesar das dificuldades, a Casa do Zezinho desenvolvia uma pedagogia de acolhimento que causava um impacto altamente positivo na vida das crianças. Aí me questionei: se eles, que não são uma escola e estão na periferia, conseguem tanto êxito com as crianças, por que um colégio tradicional não consegue? Foi aí que percebi que queria trabalhar com educação”, afirma a empresária.

Desde então, Maria Cláudia viajou para diversos locais do Brasil e do mundo para aprender

sobre novas metodologias de ensino e conhecer benchmarks. Visitou instituições nos EUA, na Europa e na Índia, despertando o próprio interesse por conceitos como bilinguismo, gamificação, aprendizagem baseada em projetos e ensino *maker*. A priori, o plano era erguer uma escola que oferecesse toda sorte de inovação. Ao elaborar o MVP, porém, a empresária percebeu que uma escola assim teria uma mensalidade proibitiva para a imensa maioria das pessoas. Daí a decisão de migrar para a área das soluções educacionais. “Em vez de abrir uma ou duas escolas, com a Rhyzos e o Twice eu posso estar em 200, 500 ou mais instituições, alcançando milhares de alunos, pais e professores. O impacto é muito maior.”

O CÉU É O LIMITE

Maria Cláudia Amaro lembra com carinho dos quase 30 anos de aviação comercial. “Tive o privilégio de trabalhar com o que poucas pessoas convivem”, diz. Após estudar Comunicação e Marketing nos EUA, ela voltou ao Brasil e se dedicou à TAM. Trabalhou na área de serviço de bordo definindo cartões, desenhou uniformes e organizou eventos. Como diretora de marketing, foi responsável pela estratégia da companhia, que até então não tinha muito apelo identitário. Sua única queixa era quanto ao ambiente demasiadamente machista. “O que é um problema até hoje”, pontua.

Após a morte do pai, Maria Cláudia migrou para o conselho de administração da TAM Linhas Aéreas. Junto com a mãe, Noemy, e o irmão, Maurício Amaro, aprendeu a olhar o negócio com os olhos de quem é dona. Continuou assim mesmo após a formação da Latam e até 2014, quando oficialmente se retirou da aviação – mas apenas do braço comercial. É que ela e Maurício ainda são acionistas da TAM Aviação Executiva. A empresa foi constituída há 60 anos, sob o nome de Táxi Aéreo Marília, e atua no Brasil como representante exclusiva de fabricantes como Cessna, Bell e Beechcraft. Com bases em cidades como São Paulo, Jundiaí (SP), Belo Horizonte e Manaus, a companhia não só comercializa aviões executivos como também oferece serviços de treinamento para pilotos, além de hangaragem, manutenção e fretamento de aeronaves. O segundo irmão de Maria Cláudia, Marcos Amaro, fruto de outro relacionamento do comandante Rolim, é artista, colecionador de arte e investidor na aviação – é

“
Em vez de abrir uma ou duas escolas, com a Rhyzos e o Twice eu posso estar em 200, 500 ou mais instituições de ensino. O impacto é muito maior.”

CEO da Amaro Aviation, companhia de jatos compartilhados para clientes de alto poder aquisitivo.

Como boa filha de aviador, Maria Cláudia adora viajar. Ultimamente, tem ido com frequência aos EUA por conta das filhas, que lá estudam. A mais velha, Maria Eugênia, faz faculdade de design de produção, com ênfase em cenografia; Maria Izabel começou neste ano o curso de design gráfico. Entre os destinos que ainda não conheceu, mas que planeja visitar, estão Islândia e Etiópia. “Mas vai demorar um tempinho até que eu consiga passear”, diz, apontando para o joelho, que recentemente passou por um procedimento cirúrgico. No Brasil, Maria Cláudia gosta de ir aos fins de semana com a família para uma casa de campo no interior paulista. Também adora ir à praia no litoral da Bahia. Na semana em que concedeu entrevista à **VOTO**, estava revendo os episódios da série de humor *Seinfeld* e lendo *Você sabe com quem está falando?*, livro do antropólogo Roberto DaMatta.

Quanto aos investimentos em educação, Maria Cláudia diz que em breve pode anunciar novidades. “Quero melhorar o País dentro das minhas microcapacidades”, afirma. É uma fala que vai além do viés empresarial. Recentemente, a empresária autorizou a implementação do Twice na Casa do Zezinho. Além de ceder o material de forma gratuita, banca do próprio bolso o custo da professora bilíngue. Cerca de 230 crianças atendidas pela ONG, com idades entre 6 e 10 anos, passaram a ter atividades em inglês. “A educação transforma não apenas indivíduos, mas contextos locais e nacionais”, defende. Para ela, que não tem medo de sonhar alto, o céu é o limite. ▾

Bolsonaro participa de Almoço Brasil de Ideias Mulher



Presidente Jair Bolsonaro posa para foto com empresárias, investidoras e executivas em São Paulo.

Cumprindo o compromisso firmado com o **Grupo VOTO**, de participar de encontros bimestrais com empresárias para discutir os desafios e conquistas do empreendedorismo feminino, o presidente Jair Bolsonaro saiu de Brasília e foi até São Paulo exclusivamente para participar do Almoço Brasil de Ideias Mulher. O evento reuniu 135 empresárias, investidoras e executivas no hotel Palácio Tangará.

O Brasil de Ideias Mulher é, atualmente, o principal fórum feminino de interlocução política e empresarial do País – o único fundado e liderado por mulheres. Trata-se de um movimento de vanguarda e desafiador, que alcançou o que nenhum outro grupo feminino conseguiu: reunir-se a cada dois meses com o

presidente da República. Esse compromisso foi estabelecido em março, quando, na Semana da Mulher, o presidente Bolsonaro se reuniu no Palácio do Planalto com 30 executivas de notoriedade levadas pelo **Grupo VOTO**. “Antes disso, fóruns na companhia de um chefe de Estado sempre foram predominantemente masculinos. Como vimos aqui, esse tempo mudou”, celebrou Karim Miskulin, CEO do **Grupo VOTO**, durante a abertura do Almoço Brasil de Ideias Mulher.

Acompanhado da ministra Cristiane Britto, que está à frente da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e da presidente da Caixa Econômica Federal, Daniella Marques, Bolsonaro conversou com as convidadas do almoço, destacando as ações do governo federal.



Presidente Jair Bolsonaro e Karim Miskulin (Grupo VOTO).



Karim Miskulin, presidente Jair Bolsonaro, Carol Paiffer (Atom Investimentos) e Marly Parra (iHub Investimentos).



A médica Claudia Leite ao lado de Catarina Regenin.



Angela Ives Gandra Martins, governador Tarcísio de Freitas, Cristiane de Freitas e Karim Miskulin.

“

Somos o principal fórum de interlocução política do País – o único fundado e liderado por mulheres. É uma honra contar com a presença do presidente Jair Bolsonaro, que também esteve conosco quando fizemos o primeiro Brasil de Ideias Mulher. Antes, nenhum outro presidente havia aceitado participar de um encontro como este.”

Karim Miskulin, CEO do Grupo Voto



Giselle Estefano, Carolina Mello, Lilian Schiavo e Mara Machado.



Maria Vasconcelos.



Greice Joviane, Thuany Corrêa e Loianne Almeida.



Rute Stédile, Telma de Angelis e Anelise Arnold.



Cledia Rodrigues, Paula Jaeger Oberherr, Daniela Neto e Comandante Nádia.



Daniella Marques, presidente da Caixa Federal.



Participantes do Brasil de Ideias Mulher: encontro de lideranças femininas com presidente da República foi compromisso assumido por Jair Bolsonaro graças a esforço do Grupo VOTO.

“

Já joguei nos bastidores e no meio de campo e, agora, assumi o maior banco social brasileiro. Dentre os 20 maiores bancos que existem no Brasil, sou a única mulher que chegou à presidência.”

Daniella Marques, presidente da Caixa Econômica Federal

Jantar Brasil de Ideias recebe Marcos Troyjo e Flávio Rocha



Almirante Flávio Rocha, secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, convidado de evento promovido pelo Grupo VOTO.

O Grupo VOTO trouxe dois profundos conhecedores do contexto político e econômico internacional para o jantar Brasil de Ideias: Marcos Troyjo, presidente do New Development Bank (NDB) – conhecido como Banco dos Brics –, e Flávio Rocha, secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência. O evento ocorreu no segundo semestre na sede da Athié Wohnrath, em São Paulo, e reuniu cerca de 40 convidados, entre empresários, executivos e acadêmicos.

Os convidados especiais falaram sobre a nova configuração das potências globais e as oportunidades competitivas para o Brasil. Troyjo chamou atenção para o avanço do E7, bloco formado por países de economia emergente (*ver mais na matéria de capa*), além de destacar a mudança estrutural na demanda por alimentos, acelerada pela guerra entre Rússia e Ucrânia – segundo ele, trata-se de uma grande oportunidade para o Brasil, que pode se tornar o principal fornecedor de alimentos do planeta. Flávio Rocha, por sua vez, mencionou o potencial do País em relação à Economia Verde, citando nossa matriz energética, que é uma das mais limpas do mundo.

O objetivo do Brasil de Ideias é justamente este: discutir a conjuntura política e econômica atual e fomentar, cada vez mais, a relação entre o poder público e privado. Para isso, o Grupo VOTO conta com os apoiadores: Carrefour Brasil, General Motors, Hapvida, BAT Brasil, RV Ímola e Ferrero Group.



Marcos Troyjo, Flávio Rocha, Karim Miskulin, Ivo Wohnrath (Athié Wohnrath) e Cláudio Carvalho (AW Realty).



Delcio Sandi (BAT Brasil), Marina Willisch, Adriano Barros (General Motors) e Luis Pedro Ferreira (Dana Incorporated).



Julien Frioux (Embaixada da França), Stéphane Engelhard (Carrefour), Karim Miskulin (VOTO) e Mathieu Rivallain (Embaixada da França).



Pedro Neves (O Livre).

Jantar Round Table recebe Sebastião Melo



Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, e Karim Miskulin, CEO do Grupo VOTO.

Mais de 20 empresários de diferentes segmentos se reuniram à mesa para conversar e comer na companhia do prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. O tradicional jantar Round Table, exclusivo para associados e patrocinadores do **Grupo VOTO**, aconteceu em São Paulo com o objetivo de promover encontros relevantes – de modo que nossos parceiros possam compartilhar análises e projeções sobre o setor público e

privado. Durante o evento, Melo compartilhou as ações que está aplicando na capital gaúcha para atrair investidores. São soluções para a cidade com base nas demandas contemporâneas e nas transformações sociais.

O prefeito também destacou a importância das parcerias público-privadas, tanto para melhorar a prestação de serviços quanto para promover eventos como o South Summit, que conecta startups, empresas e investidores.



Sebastião Melo em conversa com convidados.



Cláudio Carvalho (AW Realty), Karim Miskulin, Juan Quirós (secretário municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo) e Sebastião Melo.



Luiz Fernando Barbosa (EMS).



Max Trevisan (RV Imola) e Luis Pedro Ferreira (Dana Incorporated).

Governador eleito em SP, Tarcísio participa de Jantar Round Table



Cristiane Ferreira da Silva Freitas com o marido Tarcísio Gomes de Freitas, novo governador de SP, ao lado de Karim Miskulin, CEO do Grupo VOTO.

Desde sempre na vanguarda dos principais acontecimentos políticos e econômicos do Brasil, o Jantar Round Table de setembro recebeu o ex-ministro da Infraestrutura e novo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Eleito com 13.480.643 votos (55,27%), Tarcísio salientou no encontro com empresários e associados do **Grupo VOTO** que seu principal objetivo como governador é criar políticas de geração de empregos. Para isso, disse que é necessário reduzir as alíquotas e facilitar acesso a créditos para o incentivo ao empreendedorismo no Estado. “Vamos promover emprego mudando duas coisas: crédito e tributo. Está na hora de mexer na questão tributária de São Paulo.” Ele também demonstrou preocupação com a segurança pública do Estado, afirmando que pretende ser firme no combate à violência, valorizando sobretudo o trabalho da polícia. O **Grupo VOTO** deseja um bom mandato para o governador eleito.



Luiz Fernando Barbosa (EMS), Karim Miskulin, Roberto Vilela (RV Imola) e empresário Jorge Lima.



João Cox (Braskem), José Pessoa (Grupo José Pessoa) e Jorge Chammas (Moinho São Jorge).



Ex-ministro da Infraestrutura e novo governador de SP, Tarcísio de Freitas falou aos convidados do jantar.



Vander Giordano (Multiplan), Roberto Vilela, Luiz Fernando Barbosa e Laura Reginin (Grupo VOTO).



Vicente Abate (Abifer), Luiz Fernando Barbosa e Luis Pedro Ferreira (Dana Incorporated).



O casal Tarcísio e Cristiane, com Karim Miskulin e Rodrigo Malho e Simonato (Tereos).

“Temos que discutir um projeto de nação”, diz Toffoli no Almoço Brasil de Ideias



Ex-presidente da República Michel Temer, Karim Miskulin (Grupo VOTO) e Dias Toffoli, do STF.

Aspectos relacionados ao processo eleitoral, à censura, à economia e à política brasileira estiveram em pauta no último Almoço Brasil de Ideias, realizado em novembro, que recebeu o ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). O encontro contou com a presença de diversos associados do **Grupo VOTO** – líderes empresariais de setores varia-

dos – e também do ex-presidente Michel Temer. “Não podemos ficar parados no ódio e na intolerância. O grande desafio do Brasil é superar esses extremismos. É superar a ideia de ódio e a ideia de que o outro é um inimigo – mesmo que pense diferente”, afirmou Toffoli. “Outro desafio é que temos que discutir um projeto de nação. O Brasil tem tudo para estar num cenário muito melhor.”



Pedro Henrique Araújo (One Investimentos), Karim Miskulin e Fernanda Lopes (One Investimentos).



Martha Leonardis (BTG Pactual), ministro Dias Toffoli, Karim Miskulin e Daniela Arruda (BTG Pactual).



Marta Livia (conselho feminino da Fiesp) e Márcia Kuhn Pinheiro, primeira dama de Cuiabá.



Juan Quirós (secretário municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo) e Álvaro Garnero.



Senador Luiz Pastore e Carlos Gerdau Johanpetter.



Karim Miskulin, Dias Toffoli e Lara Reginin (Grupo VOTO).

Um Brinde à Democracia: Grupo VOTO celebra 18 anos



Carlos Borges (Hotel Portobello Resort e Comercial Safari), Henrique Blecher (Gafisa), Padre Omar (reitor do Santuário Cristo Redentor), Mateus Simões (Vice-Governador de Minas Gerais), Almirante Flávio Rocha (Presidência da República), Cláudia Cohn (Dasa), Karim Miskulin (Grupo VOTO), Roberto Vilela (RV Imola), Marcos Troyjo (New Development Bank), Daniella Marques (Caixa Econômica Federal), Caio Paes de Andrade (Petrobras), Laura Regenin (Grupo VOTO).

O jantar *Um Brinde à Democracia*, realizado em novembro, celebrou os 18 anos do **Grupo VOTO**, comemorados em 2022. O evento aconteceu no hotel Palácio Tangará, em São Paulo, e reuniu cerca de 150 convidados entre autoridades, empresários e executivos. Na ocasião, foram homenageados líderes que se destacaram por sua contribuição social, política e econômica (veja ao lado).

Fundado em 2004 pela empresária e cientista política Karim Miskulin, o **Grupo VOTO** é um fórum de relacionamento político/empresarial do país – o único liderado por uma mulher. A aproximação entre os setores público e privado é feita por meio de relacionamento, comunicação e conexões de poder com o objetivo de construir uma nova cultura política e empresarial.

Além desta **Revista VOTO**, que chega à 157ª edição, os eventos organizados pelo grupo são pensados em formatos para otimizar a interação e o debate. É o caso do Ciclo Brasil de Ideias, do Brasil de Ideias Mulher e do Round Table. Mais de 150 eventos de interlocução política e empresarial foram realizados ao longo de 18 anos, com a presença de mais de 300 dos empresários, CEOs e executivos mais importantes do País, além de 15 missões internacionais e 50 marcas patrocinadoras.



Henrique Blecher (Gafisa), Elisandra Mendes (Gas Partners), Cecília Prado e Paulo Lourenço (Cecília Prado).



Roberto Vilela (RV Imola), Conceição Vilela e Karene Vilela (Portus Cale).

Atualmente, o **Grupo VOTO** está presente em 4 capitais: Porto Alegre, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

Confira a lista de homenageados

- **Caio Mário Paes de Andrade**, presidente da Petrobras (Governança);
- **Marcos Troyjo**, presidente do New Development Bank (Líder Global);
- **Romeu Zema**, governador de Minas Gerais (Gestão Pública);
- **Daniella Marques**, presidente da Caixa Econômica Federal (Liderança Feminina);
- **Roberto Vilela**, presidente da RV Ímola (Líder Empresarial);
- **Carlos Borges**, fundador do Hotel Portobello Resort & Safari (Responsabilidade Social);
- **Dulce Pugliese**, fundadora da Amil e Dasa (Líder Inspiradora);
- **Henrique Blecher**, CEO Gafisa (Líder Empreendedor);
- **Padre Omar**, reitor do Santuário Cristo Redentor (Homenagem Especial).



Cris Arcangeli (BeautyIn), Karim Miskulin e Carlos Gerdau Johannpeter (Domus Populi).



Cristiana Reis (Prime Leads), Daniela Marques (Caixa Econômica Federal), Marly Parra (Conselho Brasil de Ideias Mulher) e Dila Oliveira (Dila Oliveira Galeria).



Bárbara Facó (BCP Engenharia), Karim Miskulin, Ton Holanda (BCP Engenharia), Cid Dantas (BCP Engenharia) e Leonardo Aiello (BCP Engenharia).



Caio Mario Paes de Andrade (Presidente da Petrobras).



Deputado federal Geronimo Goergen e Karim Miskulin.



Henrique Blecher.



Luis Delfim (Softys Brasil), Sharon Treiguer (CMPC), Francisco Ruiz Tagle (CMPC), Karim Miskulin, Martha Becker (Comunicação) e Mauricio Harger (CMPC).



Valeria Dangoor (Urca), Ani Sanders (Grupo Progresso), Cris Arcangeli (Beautyin), Marcia Primeiro (Primeira-Dama de Cuiabá), Karim Miskulin, Marta Livia (FIESP) e Chris Morais (Secretaria Estadual de Agricultura de São Paulo).



Marly Parra (Conselho Brasil de Ideias Mulher), Karim Miskulin (Grupo VOTO) e Laura Regenin (Grupo VOTO)



Fernando Careli (Ferrero) e Karim Miskulin.



Laura Regenin (Grupo VOTO), Maurício Okubo (Julio Okubo) e Karim Miskulin (Grupo VOTO).



Daniela Marques (Caixa Econômica Federal).

Sobre rebeldes, torturas e açúcar

Como a Revolução Francesa influenciou a era das repúblicas abolicionistas na América – e, de quebra, ajudou a resgatar a indústria sucroalcooleira do Brasil

Por Ana Carolina Stobbe



Arte: reprodução de "Moagem de Cana", de Benedito Calixto de Jesus. Acervo do Museu Paulista da USP.

Caribe, meados do século 18. Nuvens de insetos descrevem uma estranha coreografia no ar, pairando rente ao solo. Um grupo de franceses se reúne para acompanhar a dança das moscas e mosquitos. Quem dita o movimento dos zumbidos é o fazendeiro Jean-Baptiste de Caradeux. Em sua mão, ele traz uma vasilha com melado de cana. O líquido fervente é derrubado sobre a cabeça descoberta de seus escravizados, enterrados vivos próximo à Ilha de Tortuga.

Foi em Tortuga que corsários franceses aportaram anos antes, iniciando a tomada de São Domingos – atual Haiti. Não à toa, a ilha é palco de algumas das maiores aventuras hollywoodianas do pirata Jack Sparrow. Ao longo do tempo, a região se tornou a mais lucrativa colônia francesa. O sistema de *plantation* estabeleceu o cultivo de tabaco, café e, principalmente, cana-de-açúcar. Em 1743, François-Dominique Toussaint L'Ouverture nasceu em uma dessas fazendas. E cresceu vendo a riqueza daquele solo ser usurpada ou transformada em ferramenta de tortura para maltratar seus compatriotas negros. Entretanto, quando a Revolução Francesa eclodiu, uma fagulha se acendeu em sua mente.

A queda da Bastilha ocorreu em 1789. Poucos anos depois, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade se voltaram contra os franceses. No embalo das grandes revoltas, L'Ouverture arregimentou milhares de escravizados negros e iniciou uma rebelião que culminou na primeira abolição da escravidão nas Américas, em 1793.

O frêmito na costa caribenha se estendeu nos anos seguintes. L'Ouverture foi preso, enviado à França e morreu em 1803. Mas os negros resistiram sob a batuta de outro líder revolucionário, Jean Jacques Dessalines. As tropas de escravizados, comandadas por Dessalines, colocaram os homens de Napoleão Bonaparte para correr e garantiram a independência de São Domingos em 1804, mudando o nome do país.

Mas muito antes de o primeiro tiro de guerra espocar no Haiti, o Brasil vivenciava uma crise nos engenhos de açúcar, a primeira grande monocultura de exportação do país. Só que o clima belicoso da colônia francesa, concorrente direta da produção nacional, escanteou a região do mercado açucareiro. E os produtores

São Paulo, que produzia cana-de-açúcar desde o período colonial, ganhou destaque à frente da indústria. Hoje, das 422 usinas de açúcar e etanol no Brasil, 173 ficam em SP.

brasileiros agradeceram. Durante a Revolução Haitiana, o número de engenhos mais do que dobrou na Bahia – um movimento chamado de “Renascimento Agrícola”.

A ASCENSÃO E QUEDA DA CANA

O ano era 1516. As capitâneas hereditárias sequer haviam sido criadas, e a presença portuguesa ainda era incipiente. Mas o litoral de Pernambuco já atraía a atenção do Rei Manuel I de Portugal. O monarca enviou Pero Capico para administrar a Feitoria de Itamaracá. Foi ali que, pela primeira vez, a moenda de um engenho trabalhou em terras brasileiras.

Dezoito anos depois, em 1534, o Brasil foi di-

vidido em faixas horizontais. Essas porções de terra, chamadas Capitâneas Hereditárias, eram doadas pelo rei de Portugal a lusitanos que deveriam ocupá-las, administrá-las e explorá-las. Foi a saída que a coroa achou para desenvolver a colônia gastando pouco. O problema é que os capitães donatários eram, via de regra, integrantes da baixa nobreza. Não tinham lá muitos recursos para essa aventura de além-mar. Tanto que apenas três das 14 capitâneas deram certo. Duas delas, Bahia e Pernambuco, prosperaram em virtude da vasta produção de cana-de-açúcar. Foi assim que, entre 1570 e 1630, o País se tornou um dos principais exportadores de açúcar do mundo. No período, o número de engenhos subiu de 60 para 346. Mas as dificuldades começaram ao final dessa fase áurea. Em sua obra *Terra, Trabalho e Poder* (Ed. Brasiliense), a historiadora da Universidade de São Paulo (USP) Vera Ferlini revela que tudo se agravou a partir de 1670. Em 15 anos, o preço do açúcar brasileiro caiu 45%.

A crise foi multifatorial. Em primeiro lugar, o ouro havia sido descoberto em Minas Gerais – e possuía um valor maior que o da arroba de açúcar. Além disso, os mineradores compravam escravizados “à vista”. Já os lavradores usavam o crédito – não tão vantajoso para os traficantes. Também havia uma escassez na oferta de escravizados em Angola – principal porto de embarque da época. Ou seja, o preço da mão de obra ficou alto. Nesse panorama, o açúcar continuou sendo produzido, mas em menor quantidade. Inclusive, grande parte dos lavradores partiram rumo ao Sudeste, para tentar a vida na mineração. Apesar disso, o professor de História da Economia da USP Renato Marcondes considera que comparar os dois produtos é algo complicado: “É difícil dizer que o açúcar foi superado pelo ouro. São produtos muito diferentes”.

Para agravar a situação, os holandeses – que exploraram os engenhos quando ocuparam a região de Pernambuco – perceberam a lucratividade do açúcar e passaram a cultivar cana nas Antilhas. Outras nações, como a França, também entraram no negócio. Com o mercado mais competitivo, o Brasil ficou para trás. Até os rebeldes de São Domingos partirem para a desforra.

RENASCIMENTO AGRÍCOLA

A Revolução Haitiana, diretamente influenciada pela Francesa, e o consequente clima de instabilidade nas Antilhas foram o estopim para a valorização do açúcar brasileiro. A rigor, o Renascimento Agrícola já havia iniciado no País. De acordo com o professor Marcondes, algumas condições internas também favoreciam esse retorno. “O ouro começava a perder rapidamente sua exploração. Ao mesmo tempo, já havia estruturas de engenhos montadas no Brasil, assim como a mão de obra necessária para sua produção”, explica.

As levas de escravizados voltaram a crescer a partir do fim do século 18. Segundo o site *Slave Voyages*, que compila dados do tráfico atlântico, durante a crise do açúcar, entre 1651 e 1675, o número de escravizados desembarcados na região de Pernambuco e da Bahia foi de 6.251. Já no Renascimento Agrícola, o volume subiu para 268.789. “Essa dinâmica acontecia de forma regular. Quando girava a engrenagem da produção açucareira, o comércio de escravizados respondia para suprir a demanda”, analisa Marcondes. De lá pra cá, o Brasil passou por grandes marcos de influência econômica, como a abolição dos escravizados. Mais recentemente, a tecnologia chegou ao campo – tornando a produção mais conectada e sustentável. Hoje, o País é líder mundial em produção e exportação de açúcar. Já no seu subproduto, o etanol, apenas é ultrapassado pelos Estados Unidos. Segundo dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), melações e açúcares foram o quarto produto mais exportado pelo Brasil em 2021, respondendo por 3,3% do total de remessas.

O estado de São Paulo, que produzia cana desde o período colonial, ganhou destaque à frente da indústria. Atualmente, o Brasil possui 422 usinas de açúcar e etanol – 173 ficam em solo paulista. Ainda assim, quase todas as unidades federativas possuem usinas. No dia a dia, o açúcar está presente nas sobremesas do almoço e no chocolate dos intervalos de trabalho. Junto com ele, está parte da história do País e a própria antiguidade da economia-mundo. Especialmente pelo fato de a produção no Brasil ter sido restaurada por meio de um respingo da Revolução Francesa no Haiti. ◀



Foto: Wenderson Araujo/CNA Brasil

Colheitadeira em ação: atualmente, Brasil é líder mundial em produção e exportação de açúcar.

Pequena, gigante - Suíça!



A indústria vitivinícola da Suíça está dividida em seis regiões, e cada uma delas tem uma especificidade.

Fotos: Marcos Mesquita/Governo da Suíça/Divulgação

Quando o assunto é Suíça, o chocolate, os queijos e os relógios são os primeiros itens que vêm à mente de muitos de nós. No entanto, alguns podem não saber, a Suíça tem uma longa história na produção de vinhos que remonta a 800 a.C., antes mesmo da época dos romanos, quando os celtas ocupavam o território. Atualmente, a Suíça voltou aos holofotes da indústria vínica como um dos países mais promissores para a produção de vinhos de alta qualidade.

O desafio de todo enólogo na hora de produzir um bom vinho é ter acesso a boas uvas. E, normalmente, o potencial de açúcar a que essas uvas podem chegar é um fator determinante para qualidade. Especialmente em regiões mais frias, como a maioria das áreas suíças. No entanto, com dias cada vez mais quentes – fruto da crise climática – e uma diversidade em microclimas, o país europeu se tornou um mercado potencial para a produção de vinhos superinteressantes, perfeitos para serem harmonizados com a culinária diversa que possui.

A Suíça é conhecida por sua atenção aos detalhes e produção de altíssima qualidade, e com o vinho não poderia ser diferente. A produção por lá é minuciosamente cuidada por 1,5 mil produtores, espalhada por 15 mil hectares – e acontece em todos os 26 cantões (estados) do país. Em 2019, 148 milhões de garrafas de 750 ml de vinho foram produzidos. Existem mais de 250 variedades de uvas dentro desse pequeno país (do tamanho do Espírito Santo). E o mais curioso é que a Suíça tem uma concentração de clones e diversidade genética de uvas que está entre as mais altas do mundo.

Toda essa herança de patrimônio genético iniciou-se durante o desastre da filoxera no século 19. A filoxera foi uma praga nativa da América do Norte que foi levada para a Inglaterra por botânicos que coletaram espécimes das videiras *vitis-americana* nos EUA. Dentro dessas videiras americanas moravam uma praga nociva para as videiras europeias, mas que não faziam mal nenhum no continente americano. Desembarcando na Inglaterra, destruíram as videiras de lá, até que se alastraram pela Europa. Para resolver o problema da filoxera, descobriram que plantar as videiras indígenas (*viníferas europeias*) com porta-enxertos de *vitis-americana* (resistentes à



Quer apreciar os vinhos suíços? A sugestão é viajar para lá na primavera ou no verão, quando as videiras estarão carregadas. Se der sorte, poderá até participar da colheita com os produtores.

praga) evitaria a propagação da peste. Isso foi feito em toda Europa, mas em muitos países os viticultores resolveram investir só nas cepas mais comerciais e nas mais conhecidas. Enquanto isso, na Suíça, muito das replantações se preservou o acervo de cepas (uvas) indígenas, e é por isso que um país tão pequeno conseguiu manter a diversidade e história genética das suas uvas.

A diversidade na Suíça pode ser vista também por meio de suas quatro línguas oficiais (alemão, francês, italiano e romanche), a variedade de paisagens, regiões climáticas e diferentes costumes e cultura. Às vezes, me surpreendo com o fato de um país tão pequeno parecer tantos outros “países”. Mas isso é o retrato do que é a Suíça em quase todos os segmentos produtivos em que atua. Além de a cultura do país estar extremamente conectada à agricultu-

ra e à excelência na produção, a população tem um sentimento nacionalista que coloca os produtos do país em primeiro lugar de consumo. No caso dos vinhos, esse nacionalismo é refletido nos números: apenas 1% da produção de vinhos é exportada.

Pode parecer que não, mas o povo suíço é do vinho. Eles consomem tanto (cerca de 40 garrafas por pessoa a cada ano) que mesmo tudo o que é produzido não é suficiente para atender a população. Cerca de 65% do vinho consumido é importado (dessa fatia, 24% da Itália, 15% da França, 10% da Espanha, 6% de outros países europeus e 10% do novo mundo).

A decisão política de importar vinhos também influenciou na diversidade de uvas cultivadas hoje internamente. A Suíça tem sido historicamente um país produtor de vinho branco, então, quando o país abriu as fronteiras para

a importação de vinhos tintos, os produtores locais começaram a plantar as mesmas variedades tintas que estavam sendo importadas para acompanhar essa mudança do paladar do consumidor local.

A indústria vitivinícola da Suíça está dividida em seis regiões, e cada uma delas tem uma especificidade e o seu tamanho no que se refere à produção: Valais (33%), Vaud (25%), região suíço-alemã (19%), Genebra (10%), Ticino (7%) e a região dos três lagos com 5% da produção. O Valais está no coração dos Alpes, Vaud está essencialmente nas margens do Lago Genebra, a região suíço-alemã é composta por muitas áreas dispersas, Genebra é onde o Jura e os Alpes se encontram, Ticino está no lado sul dos Alpes, de frente para a Itália, e a região dos três lagos está principalmente nas encostas da região do Jura na França.

No quesito uvas, as brancas são as mais famosas, mas as tintas já são maioria (57%) e estão fazendo sua história ao longo dos últimos anos, mostrando-se a grande aposta do país. A uva mais plantada é a Pinot Noir, e é na região suíço-alemã que ela faz sua fama: 60% da produção por lá é Pinot Noir. Já a Chasselas é a uva branca que colocou o país na rota dos vinhos e já foi maioria, mas hoje corresponde a 25% das uvas plantadas e é responsável por lindos exemplares de vinhos, em especial na região de Vaud e Valais. A Merlot, apesar de representar apenas 8% da produção, é uma das queridinhas do país: é com ela que os vinhos mais longevos e potentes estão aparecendo na região de Ticino.

Após provar alguns vinhos suíços e ter a oportunidade de conhecer produtores de regiões diferentes, o que me faz ser devota desses vinhos é seu potencial gastronômico. O elemento “acidez” (aquilo que faz salivarmos) em um vinho é essencial em muitas harmonizações e, definitivamente, os vinhos suíços esbanjam uma bela acidez natural, que vira melhor amigo de qualquer sommelier na hora de montar harmonizações criativas e inusitadas.

Na cultura suíça, existe uma tradição do “Apéro”, essa palavra tem origem no latim de *apertivus* que mais tarde se tornou *apéritif* e basicamente significava o drink aperitivo antes das refeições. No entanto, hoje o Apéro é mui-

Pode parecer que não, mas o povo suíço é do vinho. Eles consomem tanto (cerca de 40 garrafas por pessoa a cada ano) que mesmo tudo o que é produzido não é suficiente para atender a própria demanda.

to mais que um drink aperitivo; é um momento social do suíço, quando as pessoas se reúnem para uma ótima taça de vinho, tira-gosto e excelentes queijos nacionais. São em ocasiões como essa que os suíços garantem o alto consumo vínico do país. Portanto, vinho por lá pode ser com ou sem comida. O importante é tê-lo.

Depois dessa breve imersão sobre os vinhos desse país tão inusitado para produção vínica, muitos devem estar se perguntando como terão oportunidade de provar esses vinhos. Bem, só uma viagem à Suíça resolverá essa questão. Se quiser conhecer os vinhos suíços, planeje uma viagem de férias para lá. Minha sugestão é escolher a primavera ou o verão. Nesse período, as videiras estarão carregadas, e você poderá até ter a oportunidade de participar das colheitas com os produtores. Não preciso nem dizer que viajar para a Suíça é um show à parte quando o assunto é organização e pontualidade. Definitivamente é um local ao qual pretendo voltar em breve e espero trazer mais novidades na mala para vocês. Voltei da Suíça inspirada com o case dos vinhos e quero poder inspirar o meu País a ver esse caso como uma inspiração também. Afinal, a pequena Suíça se revela gigante quando o assunto é valorizar produto interno. **▼**

Karene Vilela é publicitária formada pela ESPM. Imersa nos vinhos pela ABS (Associação Brasileira de Sommeliers) e sommelier formada pela Court Master Sommelier, é detentora do título Dip WSET. É também CEO da Portus Cale Vinhos, sócia idealizadora do projeto Got Wine? e educadora da Wset na The Wine School Brasil. Seu Instagram é @kvilela.

Karim Miskulin é a primeira embaixadora da joalheria Julio Okubo

A CEO do Grupo VOTO Karim Miskulin aceitou o convite da joalheria Julio Okubo e se tornou a primeira embaixadora da marca. Tal como o grupo que publica esta revista, a Julio Okubo foi criada por uma mulher, a japonesa Rosa Okubo, que trouxe a primeira pérola para o Brasil 1932. Dois anos depois, ela abriu a própria joalheria, ficando conhecida como “rainha das pérolas”. De lá pra cá são quase 100 anos de excelência, tradição, design e inovação. “Para mim, representar uma marca que é sinônimo de elegância e uma empresa que é resultado da coragem e empreendedorismo de uma mulher é um presente. É, sem dúvida, uma grande honra fazer parte des-

sa história”, disse Karim. A empresa leva o nome de um dos filhos de “Dona Rosa”. Julio tinha 14 anos quando iniciou o trabalho junto à mãe, e colocou em prática toda a sua paixão e vocação para transformar metal, pedras preciosas e as pérolas em joias magníficas. O sonho de criar e produzir suas próprias joias de maneira artesanal ocorreu em 1965, e assim nasceu a Julio Okubo Joias. Atualmente o comando da joalheria está na mão de seu filho, também Julio, carinhosamente chamado por Julinho pelos colegas do ramo joalheiro. Mauricio Okubo, filho de Julinho, é o vice-presidente da empresa junto ao pai. São quatro gerações da família à frente dos negócios de joias artesanais de alto padrão.



Karim Miskulin: “Representar uma marca que é sinônimo de elegância e coragem de uma mulher é um presente”.



Karim Miskulin ao lado de Mauricio Okubo, membro da quarta geração da família Okubo à frente do negócio.

Um Éden à beira-mar

Não sei você, mas adoro deixar o melhor para o final. E não foi diferente na viagem que fiz para Alagoas. Nos últimos dias da rota especial que fiz pelo Nordeste, fui parar no Anttunina Pousada Spa. Trata-se de um resort cheio de personalidade, localizado na Praia de Antunes, uma das mais belas do mundo, em Maragogi – destino super-procurado por quem ama águas calmas e azuis.

O Anttunina Pousada Spa é relativamente novo – foi inaugurado em 2019. A gestão é familiar: pertence ao Grupo Camurim Grande, de Marcelo Lacerda, mas o comando está na mão dos três filhos, Paula, Marcela e Cristiano – que dizem ter pensado cada detalhe para surpreender o hóspede. “A essência do Anttunina é uma hospedagem de acolhimento, afeto, de satisfação em estar aqui”, afirma Paula Lacerda. Ao cruzar o portão de madeira, fui gentilmente direcionada para uma linda canoa com banquinhos, à sombra de uma árvore frondosa. Durante as boas-vindas é oferecida uma deliciosa água de coco, além de caldo de cana oriundo das fazendas do grupo. O atendimento atencioso e simpático dos funcionários aumentava o astral – e, sem dúvida, a minha expectativa.

O imenso sítio de 2,5 hectares à beira-mar (apenas 20% de área construída) tem 19 acomodações divididas entre 16 bangalôs “surreais” e três vilas inacreditáveis de espaço e beleza – coisa que nunca vi na vida. Tem até carrinho elétrico para quem se hospeda na área mais exclusiva. A Villa Nina tem 200 m² e comporta até cinco pessoas. Entre os ambientes há um spa a céu aberto, espaço gourmet, redário, piscina aqueci-



da e hidromassagem interna.

Fiquei no Bangalô Superior, o mais simples – se é que pode ser chamado assim. São 74 m² de espaço, uma varanda com rede e banheira de imersão, além de uma segunda banheira com hidromassagem ao ar livre num ambiente totalmente privativo. Na cama, um mimo mais que especial: um chapéu de palha exclusivo do Anttunina. Esse vai me acompanhar nas próximas viagens! Mas não foi privilégio apenas meu, não. Todos os hóspedes recebem um exemplar.

Acolhedor e intimista, o projeto do resort é assinado pelo renomado arquiteto Pedro Motta. A ambientação é da Dubeux Vasconcelos Arqui-



tetura, que trouxe requinte e sofisticação, sem transparecer esnobe, com produtos locais de notável bom gosto. Já a gastronomia é comandada pela chef Jace Souza, que reúne sabores que arrancam suspiros. Sua culinária é suave, com um toque de modernidade, buscando sempre valorizar o que a região oferece de melhor. Frutos do mar, é claro, ganham evidência. O café da manhã – servido a qualquer hora, diga-se – inclui espumante, sucos, frutas frescas, pães e o que mais o hóspede desejar. Há a opção de fazer a refeição em uma das canoas espalhadas pelo coqueiral. O jantar (que pode ser à luz de velas) também está incluso na diária, além de um delicioso e completíssimo chá da tarde com música ao vivo, montado cada dia num espaço e com decoração diferente. Uma oportunidade gostosa para interagir com outros hóspedes.

As noites são regadas à brisa nordestina, música ao vivo e licor produzido localmente. Ao voltarmos ao bangalô, mais mimos: ora chazinho de “bons sonhos”, ora brigadeiro calman-te de maracujá – e sempre acompanhados por bilhetinhos escritos à mão pelas camareiras alfabetizadas ali. A empresa oferece um projeto incrível de educação aos colaboradores, assim

como creches para seus filhos. Além de investir em projetos sociais, a família Lacerda contribui fortemente para geração de emprego e renda na região.

O investimento fala por si. Em 2021, o Anttunina foi eleito a terceira melhor hospedagem no mundo na categoria “Novos e Badalados” na premiação Travellers’ Choice, do site Trip Advisor, uma das mais prestigiadas do setor de turismo e hotelaria. Muito merecido! Mas, apesar do título de “novos e badalados”, a experiência é calma e elegante. Saí do resort mais feliz e energizada, com a sensação de que todas as minhas expectativas foram superadas. De fato, trata-se de um lugar premiado por Deus que comprova que, sim, existem paraísos na Terra – e um deles fica às margens do Atlântico, na costa alagoana. 

Acesse toda a minha experiência! Me siga no Instagram @natripdaju e clique no destaque “Anttunina”.

Juliana Nakad é publicitária e viajante. A experiência de mais de 20 anos no mundo da moda abriu sua mente para novas culturas e cores. Com o seu filtro leve e divertido, dedica-se a promover o que mais gosta: experiências hoteleiras e gastronômicas mundo a fora.

O Lobista: cinema argentino de primeira

A HBO Max está exibindo a série argentina *O Lobista*, feita e lançada em 2018. Trata-se de uma superprodução da Cablevision, El Trece e Pol-Ka Producciones, com recursos técnicos e artísticos top de linha – ainda mais para uma série latina. A história, contada em dez capítulos, acompanha Matías Franco (o ator Rodrigo de la Serna, premiado por sua estreia em *Diários de Motocicleta*), um lobista com anos de trabalho e acesso aos principais grupos de autoridades e empresários da sociedade argentina.

O roteiro dá ao personagem a oportunidade de luzir, indo de um “professor de negócios” (a aula que ele dá para um guarda na cadeia sobre como fazer dinheiro com uma sorveteria de bairro é primorosa) a um simulacro de James Bond portenho. Entre os clientes de Matías está uma igreja evangélica de cofres cheios, atividades pouco republicanas e um líder poderoso e carismático cuja religiosidade lhe dá, inclusive, alucinações em que dialoga com personagens inexistentes.

O pastor Elián Ospina é interpretado por Dario Grandinetti (de *Fale com Ela* e *Relatos Selvagens*), em um dos papéis de sua vida. Impositivo, controlador e manipulador, ele não eleva a voz e se vale de mensagens espiritualizadas para justificar seus atos. Há um jovem e ambicioso promotor que implica com o trabalho e o sucesso de Matías, sempre buscando algo ilícito nos atos do lobista. Ele é Juan Manuel Quinteros (o ator Alberto Ajaka), em outro trabalho muito interessante.

Rica em personagens, a série chama atenção, ainda, pela jovem fotógrafa Lourdes Inzillo (Julieta Nair Calvo). Jornalista apaixonada e corajosa, ela busca construir uma trajetória de acordo com seus princípios e valores, mas o envolvimento com Ma-



tías traz a ambos sérios questionamentos sobre ética e trabalho. Ex-esposa de Matías, a também lobista Natália Ocampo (Letícia Brédice) se destaca como uma rival nos negócios, vivendo à sombra do protagonista. Ela marca seus passos e, sempre que possível, passa à sua frente para se dar bem.



Título original: El Lobista
Criado por Patricio Vega
Elenco: Rodrigo de la Serna, Dario Grandinetti, Leticia Brédice
Nacionalidade: Argentina



O personagem Matías em destaque: série vai longe no olhar sobre as relações do protagonista com seus interlocutores – entre eles políticos, juízes, investidores, religiosos e até mesmo funcionários menos graduados.

Finalmente, temos Jimena (Malena Villa), a fiel es-cudeira de Matías, um prodígio da internet capaz de encontrar qualquer informação sobre qualquer pessoa.

RELAÇÕES DE PODER

Cada personagem exerce papel fundamental na vida de Matías. Aqui estão o adversário, o inimigo, a paixão, a lealdade. Tudo muito bem escrito e embalado. A série não tem medo de ousar. Iniciando pelos temas abordados, os enfoques densos, as cenas fortes. *O Lobista* é um trabalho contundente, conduzido pelo diretor Daniel Barone, de 57 anos, que surgiu na série *Epitáfios*, sucesso da HBO anos atrás.

O Lobista vai longe no olhar sobre as relações de Matías com seus interlocutores. Entre eles, há políticos, juízes, investidores, religiosos e até mesmo funcionários menos graduados. É por meio destes “menos poderosos” que o protagonista consegue acesso a muitas informações, trocadas por ingressos de futebol ou simplesmente por um momento de interesse em seus desabafos.

A série faz uma verdadeira autópsia das relações de poder. Como Matías tem tamanha intimidade com as autoridades? Como consegue seus objetivos negociais envolvendo órgãos e pessoas públicas de poder? O lobby consegue mesmo esse tipo de influência poderosa? A trama acerta em sua ambientação na própria Argentina. Mas, como toda obra de arte de excelência, *O Lobista* tem uma universalidade absoluta. O que se vê na tela poderia ocorrer no Brasil, nos Estados Unidos ou na França.

Em alguns momentos, os exageros depõem contra o resultado final. Mas são poucos. Em sua maior parte, a série é um produto de primeira linha, inteligente, crítico, ótimo para ser maratonado. O personagem que conduz o fio é tão fascinante que poderia até mesmo voltar às telas. Afinal, haveria outros inúmeros temas de interesse para *O Lobista*. Recomendo fortemente. **v**

Marco Antônio Bezerra Campos é advogado e cinéfilo. Foi presidente do Clube de Cinema de Porto Alegre por 18 anos e é editor do blog *O Cinemarco* (www.cinemarcoblog.net).

PARA VOCÊ, PODER.

GRUPO **VOTO**
PLATAFORMA DE CONTEÚDO E RELACIONAMENTO

Produção de conteúdo | Interlocução político empresarial | Consultoria de relações governamentais

grupovoto.com.br

São Paulo/SP
Rua Professor Atílio Innocenti, 474, conjuntos comerciais nº 509/510
Edifício Lead Offices - Faria Lima - Itaim / CEP: 04538-001 - Fone: (11) 3846-7222

Que tal ser estratégico com
a sua imagem e reputação?

IN. PACTO

Inovação
Informação
Interatividade

Mais tecnologia e compromisso com a
gestão e a qualidade da sua comunicação.

in.Pacto
INTELIGÊNCIA EM COMUNICAÇÃO



Sede em Brasília – Escritórios em São Paulo, Manaus, São Luís e Porto Alegre